

Relatório de Gestão 2021-2023

Luciana Gomes Ferreira de Andrade
Presidente



GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

SUMÁRIO

Créditos.....	6
Coordenadoras e Coordenadores das Comissões Permanentes.....	7
Apresentação.....	8
Eleição da presidência do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH.....	10
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO 2021/2023.....	11
1. Adesão ao Pacto Nacional e celebração de Termo de Acordo de Cooperação....	12
1.1 Adesão ao Pacto Nacional pela Educação – Gabinete de Articulação para enfrentamento da Pandemia na Educação no Brasil (GAEPE-Brasil).....	12
1.2 Adesão ao Pacto Nacional pela Consciência Vacinal.....	13
1.3 Acordo de Cooperação com Conselho Nacional do Ministério Público para divulgação de pesquisa sobre perfil étnico-racial.....	13
2. Promoção de Encontros Nacionais e Campanhas	
2.1 XI Encontro Nacional da Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – COPEVID.....	14
2.2 Encontro Nacional da Comissão Permanente de Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural - COPEMA e da Comissão de Meio Ambiente - CMA do Conselho Nacional do Ministério Público - 29 de abril de 2022 - Vitória/ES	15
2.3 XII Encontro Nacional da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – COPEVID.....	16
2.4 Campanha #agoravocesabe do Instituto Liberta.....	17
2.5 Campanha nacional “Toque de Amiga”	17
2.6 Campanha “Ministério Público do Brasil na Luta Antirracista.....	18
2.7 Campanha publicitária nacional sobre a impotência e a prioridade legal dos serviços de acolhimento familiar.....	19
2.8 Campanha nacional contra a exploração sexual infantojuvenil.....	19
3. Regimento Interno e Modernização de rotinas - GNDH.....	20
3.1 Revisão do Regimento Interno do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH....	20
3.1.1 Modernização das rotinas de trabalho.....	21
3.1.2 Padronização dos fluxos e rotinas de tramitação para notas técnicas; enunciados; termos de cooperação; moções e eleição para Coordenação Nacional.....	21
3.1.3 Realização de pesquisa de validação dos orientadores estratégicos do Grupo Nacional de Direitos Humanos.....	22
3.1.4 Elaboração do Planejamento Estratégico do Grupo Nacional de Direitos Humanos.....	22
4. Elaboração das metas bianuais pelas Comissões Permanentes do Grupo Nacional de Direitos Humanos.....	23
4.1 Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos Humanos – COPEDH (stricto sensu).....	23

4.2 Comissão Nacional Permanente de Defesa da Saúde – COPEDS.....	24
4.3 Comissão Nacional Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ.....	25
4.4 Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa – COPEDPDI.....	25
4.5 Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – COPEVID	26
4.6 Comissão Nacional Permanente de Educação – COPEDUC.....	26
4.7 Comissão Nacional Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural – COPEMA.....	27
5. Criação e lançamento da Revista de Direitos Humanos do Ministério Público ..	28
5.1 2ª Edição da Revista de Direitos Humanos do Ministério Público.....	29
5.2 3ª Edição da Revista de Direitos Humanos do Ministério Público.....	29
6. Alimentação do sítio do Grupo Nacional de Direitos Humanos na internet.....	30
7. Integração Institucional entre o Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH e Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.....	31
7.1 Encontro do CNMP discute formas de integração do Sistema de Justiça pela política socioeducativa.....	31
7.2 Seminário Internacional aborda funcionamento dos Ministérios Públicos no Brasil, na França e em Portugal	32
7.3 Ciclo de Diálogos da Lei Maria da Penha promovido pelo CNMP.....	32
7.4 Procuradora-Geral de Justiça recebe visita institucional de Conselheiro do CNMP ..	33
7.5 Grupo Nacional de Direito Humanos participa do lançamento de Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar e Defesa das Pessoas em Situação de Rua do CNMP.....	34
7.6 Participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – ONU e de Comissões do Conselho Nacional do Ministério Público - IV Reunião Ordinária do GNDH-2022.....	34
7.7 Seminário de Direitos Humanos e do Lançamento do Guia de atuação da Resolução CNMP nº 230/2021.....	35
8. Relações institucionais entre o Grupo Nacional de Direitos Humanos e Ministério Público dos Estados e da União.....	36
8.1 Visita Institucional do Subprocurador-Geral da República e Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.....	36
8.2 Grupo Nacional de Direitos Humanos participa de webinar sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.....	36
8.3 Grupo Nacional de Direitos Humanos participa de webinar “Ciclo de Diálogos da Lei Maria da Penha” promovidos pelos Ministério Público do Estado de São Paulo e Ministério Público do Estado de Goiás.....	37
8.4 Reunião de alinhamento para realização da IV Reunião do GNDH - MPM e MPES..	38
8.5 Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH ministra palestra em lançamento do Programa de Defesa dos Direitos Humanos.....	38

8.6 Grupo Nacional de Direito Humanos participa de seminário Luso-brasileiro de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário.....	39
8.7 Reunião de alinhamento para realização da II Reunião do GNDH 2023 - MPPI e MPES	40
9. Relações Institucionais entre o Grupo Nacional de Direitos Humanos e órgãos de Direitos Humanos	41
9.1 Live: Atualização Legislativa nos Direitos Humanos das Mulheres - ABMCJES.....	41
9.2 Reunião com Ministério das Mulheres.....	41
9.3 Reunião com Ministério da Educação.....	42
9.4 Reunião com Ministério dos Direitos Humanos.....	42
10. Comissão Temática Nacional de Combate e Prevenção à Violência contra a Comunidade Escolar no âmbito do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.....	43
11. Realização de três Reuniões preparatórias virtuais.....	44
11.1 I Reunião Ordinária virtual - 2022.....	44
11.2 III Reunião Ordinária virtual - 2022.....	45
11.3 I Reunião Ordinária virtual - 2023.....	46
12. Realização de três Reuniões Ordinárias híbridas.....	47
12.1 II Reunião Ordinária de 2022 - Vitória/ES.....	47
12.2 IV Reunião Ordinária de 2022 - Brasília/DF	48
12.3 II Reunião Ordinária de 2023 - Teresina/PI.....	49
13. Capacitação e oficinas para integrantes das Comissões Permanentes que integram o GNDH.....	50
13.1 Capacitação: planejamento estratégico e plano de atuação.....	50
13.2 Capacitação: gestão estratégica.....	50
13.3 Capacitação: indicadores de desempenho e qualidade dos processos.....	50
13.4 Capacitação: planejamento, resultados e aprendizados.....	51
13.5 Oficina: Agenda 2030 da ONU - Brasília/DF.....	51
13.6 Oficina: Direito Antidiscriminatório – Teresina/PI.....	52
14. Reunião estratégica com as Coordenações das Comissões Permanentes que integram o GNDH	53
14.1 Reunião entre a Presidência do GNDH e a Comissão Nacional Permanente de Educação.....	53
14.2 Reuniões com as integrantes do MPES que integram as Comissões Nacionais do Grupo Nacional de Direitos Humanos.....	53
14.3 Reunião com integrantes das Comissões Permanentes que integram do Grupo Nacional de Direitos Humanos.....	53
14.4 Reunião com Conselheira titular no Conselho Nacional de Direitos Humanos e as Coordenações Nacionais Permanentes.....	53
14.5 Reunião com a Coordenação Nacional da Comissão Permanente de Defesa da Saúde.....	54

14.6 Reunião realizada com a Coordenação Nacional da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa.....	54
14.7 Reunião realizada com a Coordenação Nacional da Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	54
14.8 Reunião com a Coordenação Nacional da Comissão Permanente de Educação....	54
14.9 Reunião com a Coordenação Nacional da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos (stricto sensu).....	54
14.10 Reunião com a Coordenação Nacional da Comissão Permanente da Infância e Juventude.....	54
14.11 Reunião entre a Presidência do GNDH e membras(os) do MPES integrantes do GNDH.....	54
14.12 Reunião com a Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher.....	55
15. Nota Técnica - Vacinação contra a COVID-19.....	55
16. Pesquisa de percepção para conhecer as prioridades das(os) integrantes das Comissões Permanentes.....	55
GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - GNDH E AS COMISSÕES PERMANENTES.....	56
17. O Grupo Nacional de Direitos Humanos.....	57
18. Das Comissões Permanentes.....	59
18.1 Comissão Nacional Permanente de Defesa de Direitos Humanos – COPEDH (stricto sensu).....	59
18.2 Comissão Nacional Permanente de Defesa da Saúde – COPEDS.....	61
18.3 Comissão Nacional Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ.....	63
18.4 Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa – COPEDPDI.....	64
18.5 Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – COPEVID.....	65
18.6 Comissão Nacional Permanente de Educação - COPEUC	67
18.7 Comissão Nacional Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural – COPEMA.....	68
REUNIÕES ORDINÁRIAS DO GNDH 2021/2023.....	70
19. Reuniões Ordinária do GNDH.....	71
19.1 I Reunião Ordinária preparatória virtual - 2022.....	72
19.2 II Reunião Ordinária 2022 - Vitória/ES	73
19.3 III Reunião Ordinária preparatória virtual 2022.....	80
19.4 IV Reunião Ordinária 2022 – Brasília/DF.....	84
19.5 I Reunião Ordinária Preparatória virtual – 2023.....	90
19.6 II Reunião Ordinária do GNDH: JUNT@S – construindo o futuro e transformando realidades – Teresina/PI - 2023.....	93

CRÉDITOS



Presidente

Luciana Gomes Ferreira de Andrade

Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES)



1º Vice-presidente

Antônio Pereira Duarte

Procurador-Geral de Justiça Militar (MPM)



2ª Vice-presidente

Elaine Cardoso de Matos Novais

Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN)



Secretária-executiva

Cláudia R. dos Santos Albuquerque Garcia

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES)

SERVIDORAS E SERVIDORES DO MPES

Alzenqueberson Spassini Tamanini

Ana Paula Senna Dan Rossoni

Briza Loss Correa Pizzani

Bruno Alves Moure

Bruno Sperandio Costa

Cristiani Melo Barthman

Danuzza Henriques Menezes

Diego da Costa Fernandes

Elaine Cristine Ferreira de Lima

Fabricio Ferraz Pego

Fabiana Machado

Flávia de Oliveira Vasconcellos

Giovani Tiussi Broseghini

Guilherme Henrique Batista Silva

Juliana Simões Radke

Kirlene Vicentini C. Mendes

Larissa Breda Bazilio de Souza

Larissa Simões Cunha

Livya Santos de Abreu Battisti

Ludmila Gomes Perez Belisario

Marcel Fisher Maia

Marcela Camporez

Maryangela Souza Lopes

Paulo José da Silva

Radanezi Amorim

Rodolpho Moreno

Rosimeiry Silva Hachbart

Rossano Setubal

Rubem Roschel

Simone da Silva Avila

Thatiana Lopes de Vasconcello

Vaneska Valadão

Vera Ferraço

COORDENADORAS E COORDENADORES NACIONAIS DAS COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Permanente de Defesa de Direitos Humanos (stricto sensu) – COPEDDH



Eneas Romero Vasconcelos
Promotor de Justiça do Ministério Público do Ceará
1º de março de 2021 até 29 de junho de 2022



Kátia Rejane de Araújo Rodrigues
Procuradora de Justiça do Ministério Público do Acre
Desde 29 de junho de 2023

Comissão Permanente de Defesa da Saúde – COPEDS



Isabel Maria Salustiano Arruda Pôrto
Procuradora de Justiça do Ministério Público do Ceará
Desde 28 de março de 2019

Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ



João Luís Botega
Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina
11 de maio de 2021 até 28 de abril de 2023



Paola Domingues Botelho Reis Nazareth
Promotora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais
Desde 28 de abril de 2023

Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa – COPEDPDI



Cristiane Branquinho Lucas
Promotora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro
Desde 8 de junho de 2021

Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – COPEVID



Sara Gama Sampaio
Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia
27 de março de 2019 até 26 de novembro de 2021



Rúbian Corrêa Coutinho
Promotora de Justiça do Ministério Público de Goiás
Desde 26 de novembro de 2021

Comissão Permanente de Educação – COPEPUC



Lucas Sacshida Junqueira Carneiro
Promotor de Justiça do Ministério Público de Alagoas
2 de março de 2021 até 13 de março de 2023



Beatriz Spindler de Oliveira Leite
Promotora de Justiça do Estado do Paraná
Desde 14 de março de 2023

Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural – COPEMA "José Maria da Silva Junior"



Roberto Carlos Batista
Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal
Desde 12 de agosto de 2021

APRESENTAÇÃO

Foi com imensa honra e emoção que no dia 25 de agosto de 2021, durante a reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União - CNPG, fui eleita para presidir o Grupo Nacional de Direitos Humanos para gestão 2021/2023.

É com grande satisfação que apresento o relatório final de gestão como Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos. Durante o meu mandato, tive a honra de liderar uma equipe dedicada e comprometida em promover e defender os direitos fundamentais de todas(os) as(os) cidadãs(os).

Neste relatório, abordaremos os principais projetos e conquistas alcançados ao longo do período. Concentramo-nos em garantir a igualdade, a justiça e a dignidade para todos os indivíduos, independentemente de sua origem étnica, religião, gênero ou orientação sexual.

Durante meu mandato, fortalecemos a parceria com organizações da sociedade civil e instituições governamentais. Juntas e juntos, enfrentamos desafios significativos, como a pandemia da COVID19, o combate à discriminação racial, à violência de gênero e à violência contra a comunidade escolar. Desenvolvemos programas de conscientização e capacitação, visando à promoção de uma cultura de direitos humanos em todas as esferas da sociedade.

Destaco também nossa participação ativa na formulação de políticas públicas, abrangendo questões de desenvolvimento social e econômico, incluindo erradicação da pobreza, fome zero, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social.

Nossas comissões realizaram estudos e pesquisas aprofundadas, fornecendo subsídios para elaboração de legislações mais inclusivas e respeitosas aos direitos humanos, contribuindo com enunciados e notas técnicas embasadas em evidências e experiências práticas, sempre atentas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Além disso, promovemos a defesa dos direitos das minorias e dos grupos historicamente marginalizados. Trabalhando para garantir o acesso à educação, à saúde, à moradia, à segurança alimentar e ao trabalho decente para todas(os) sustentado nos pilares da extensão da proteção social e o diálogo social, reforçando o princípio da igualdade de oportunidades.

Agradeço a todas(os) membras(os) e servidoras(es) do Ministério Público brasileiro que integram o Grupo Nacional de Direitos Humanos pela dedicação e trabalho árduo ao longo do mandato. Juntas e juntos, alcançamos avanços significativos na promoção e na proteção dos direitos humanos em nosso país.

Porém, sabemos que ainda há muito a ser feito.

Este relatório final de gestão é um registro dos esforços e realizações durante meu mandato como Presidente do grupo. Estou confiante de que, com o compromisso contínuo de todas e todos as(os) envolvidas(os), a luta pelos direitos humanos será fortalecida e nosso país se tornará um lugar mais justo e igualitário para todas e todos.

Muito Obrigada.

Luciana Gomes Ferreira de Andrade

Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) e Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos (2021-2023).

ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - GNDH

Eleição da Presidência

No dia 25 de agosto de 2021, em reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministério Públicos dos Estados e da União, na Procuradoria-Geral do Ministério Público Militar, na cidade de Brasília/DF, foi escolhida, por aclamação, para assumir a Presidência do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, a Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Dra. Luciana Gomes Ferreira de Andrade, para Gestão 2021/2022, sendo seu mandato prorrogado até maio de 2023.

Em seu primeiro ato como Presidente do GNDH, nomeou a Promotora de Justiça, Assessora do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Cláudia Regina dos Santos Albuquerque Garcia, como Secretária-Executiva do Colendo Grupo.

Eleição de Vice-Presidente

Em 16 de fevereiro de 2022, na reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União - CNPG, que ocorreu na cidade de Brasília/DF, foram eleitos os Vice-Presidentes do GNDH, aprovados por unanimidade pelo Colegiado.

Procurador-Geral de Justiça Militar, Dr. Antônio Pereira Duarte, 1º Vice-Presidente.

Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, Dra. Elaine Cardoso de Matos Novais Teixeira, 2ª Vice-Presidente.

Principais Realizações da Gestão 2021/2023



1. ADESÃO AO PACTO NACIONAL E CELEBRAÇÃO DE TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

1.1 ADESÃO AO PACTO NACIONAL PELA EDUCAÇÃO – GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO BRASIL (GAEPE-BRASIL)

Trata-se de um conjunto de ações deliberadas voltadas à criação de uma agenda comum para facilitar a atuação articulada e colaborativa, visando à edição de notas técnicas, recomendações, elaboração de estudos, entre outras ações, para o enfrentamento dos impactos da pandemia na educação pública brasileira, bem como a sugestão de medidas estratégicas e estruturais para o tratamento de problemas crônicos pré-existentes no sistema educacional.

Essa iniciativa estabelece a participação de órgãos, conselhos e entidades no Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação no Brasil (Gaepe-Brasil). A assinatura foi realizada na abertura da 2ª Sessão Ordinária de 2022 do CNMP, em Brasília, no dia 22 de fevereiro de 2022. Além da Presidente do GNDH, subscreveram o termo de adesão o Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras; o Conselheiro e Presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE), Dr. Ângelo Fabiano Farias; a Presidente do CNPG, Dra. Ivana Franco Cei; e a Presidente Executiva do Instituto Articule e membro do Comitê Gestor do Gaepe-Brasil, Dra. Alessandra Gotti.



Presidente do GNDH participa da adesão ao pacto para enfrentar os efeitos da Covid-19 na educação

Conforme o termo celebrado, o Gaepe-Brasil se constitui em espaço de diálogo entre órgãos e instituições com atuação em âmbito nacional, representativas dos três poderes da República, das três esferas de governo, de conselhos de educação e de órgãos de controle.

1.2 ADESÃO AO PACTO NACIONAL PELA CONSCIÊNCIA VACINAL

A atual gestão buscou aproximar o GNDH dos demais organismos estatais e não estatais de proteção aos direitos humanos, sendo exemplos desta iniciativa a integração com o Conselho Nacional do Ministério Público, bem como a celebração do referido Pacto Nacional pela Consciência Vacinal, realizada no dia 30 de novembro de 2022.

Na linha principal de atuação do Pacto, tem-se objetivo de conscientizar e engajar a sociedade no enfrentamento da queda nos índices de cobertura vacinal no Brasil.



MPES e GNDH aderem ao Pacto Nacional pela Consciência Vacinal

O projeto é uma iniciativa da Comissão de Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), presidida pelo Conselheiro Dr. Jayme de Oliveira. A Promotora de Justiça do MPES Dra. Cláudia Garcia - que é também Secretária-Executiva do GNDH, acompanhou Dra. Luciana Andrade no evento. A cerimônia contou com a presença do Presidente do CNMP, Dr. Antônio Augusto Brandão Aras, do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e de diversos integrantes do CNPG.

1.3 ACORDO DE COOPERAÇÃO COM CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA DIVULGAÇÃO DE PESQUISA SOBRE PERFIL ÉTNICO-RACIAL

Trata-se de importante iniciativa apoiada pela Presidência do GNDH, tendo por objetivo a atuação interinstitucional para divulgar a pesquisa sobre o perfil étnico-racial do Ministério Público brasileiro, realizada pelo CNMP, em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Além disso, visa fomentar a realização de seminários regionais sobre a temática racial, promover o intercâmbio de informações e estabelecer a parceria em ações de pesquisa étnico-racial, estudos e educação.

O acordo de cooperação foi assinado em 19 de dezembro de 2022, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília, durante a abertura da 19ª sessão Ordinária do órgão, e vai vigorar pelo prazo de 18 meses.



GNDH celebra acordo de cooperação com CNMP para divulgação de pesquisa sobre perfil étnico-racial

Além do Grupo Nacional de Direitos Humanos, também celebraram o Acordo de Cooperação a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), a Associação dos Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

2. PROMOÇÃO DE ENCONTROS NACIONAIS E CAMPANHAS

2.1 XI ENCONTRO NACIONAL DA COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER – COPEVID

A Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) participou virtualmente da abertura do XI Encontro Nacional da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID), nos dias 25 e 26 de novembro de 2021. Com o tema “Lei Maria da Penha: Interseccionalidades e alterações legislativas”, o evento foi promovido pela COPEVID e o Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), a Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás (ESUMP-MPGO), o Centro de Apoio Operacional do MPGO (área de atuação em Políticas Públicas e Direitos Humanos) e o Núcleo de Gênero.

Tendo como público-alvo integrantes do Ministério Público brasileiro, do Poder Judiciário, da rede de atendimento à mulher em situação de violência e a comunidade acadêmica, a programação dos dois dias de encontro inclui palestra com o tema “Análise interseccional da violência contra a mulher na pandemia e seus efeitos”, o painel “Stalking e suas consequências às violências contra as mulheres” e a palestra “Interseccionalidades da violência contra a mulher: estratégias de resistência”, entre outros painéis e espaços para diálogo.



Procuradora-geral de Justiça do MPES e presidente do GNDH participa de encontro nacional da Copevid

Além do Grupo Nacional de Direitos Humanos, também celebraram o Acordo de Cooperação a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), a Associação dos Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

2.2 ENCONTRO NACIONAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO, URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL - COPEMA E DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - 29 DE ABRIL DE 2022 - VITÓRIA/ES

O Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE), sob a presidência da Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), Dra. Luciana Andrade, por meio da Comissão Permanente de Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) promoveu encontro para debater e desenvolver coletivamente o projeto “Aliança Nacional do Ministério Público pela Água”. O encontro, realizado no auditório da sede do MPES, em Vitória, reuniu cerca de 50 membras e membros de todo Ministério Público brasileiro com objetivo de promover a integração institucional na área do meio ambiente para o desenvolvimento do projeto em defesa dos recursos hídricos.



COPEMA E CMA se reuniram em Vitória (ES)

2.3 XII ENCONTRO NACIONAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER – COPEVID

A Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – COPEVID, com apoio da presidência do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, realizou, na sede do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), nos dias 22 e 23 de setembro de 2022, o XII Encontro Nacional da COPEVID com o tema: “Os aspectos psicossociais da violência de gênero contra as mulheres”, com o objetivo de discutir temas relacionados à violência doméstica e familiar contra as mulheres e os impactos na saúde mental.



XII Encontro Nacional da COPEVID contou com a participação de membras, membros e servidoras e servidores do Ministério Público brasileiro, do Poder Judiciário, da Polícia Militar e da Polícia Civil, das guardas municipais, da rede de atendimento à mulher em situação de violência e da comunidade acadêmica.

2.4 CAMPANHA #AGORA VOCESABE DO INSTITUTO LIBERTA

Durante a reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPNG) realizada no dia 04 de maio de 2022, a Presidente do Grupo Nacional dos Direitos Humanos (GNDH), por meio da Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), apresentou a campanha e evento alusivo ao dia 18 de maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que foi aprovada por unanimidade pelo Colendo Conselho.



Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPNG) realizada no dia 04 de maio de 2022

O Instituto Liberta tem como missão combater a violência sexual de crianças e adolescentes no Brasil, em todas as suas formas. Para tanto, foca em campanhas e ações que visem à conscientização geral, à desnaturalização da prática, ao estímulo à denúncia, ao aprimoramento das redes protetivas, da legislação sobre o tema e da qualidade da informação e dados sobre o problema.

A campanha tem como meta alcançar até um milhão de pessoas adultas dispostas a quebrar o silêncio quanto à violência sexual – por quaisquer de suas formas – sofrida na infância ou adolescência, por meio da gravação de um vídeo, utilizado em passeata virtual no dia 18 de maio, dia nacional de enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescente.

O material da campanha pode ser acessado por meio do link:
bit.ly/campanha-olevante



2.5 CAMPANHA NACIONAL “TOQUE DE AMIGA”

A presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), por meio Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – COPEVID, lançou no dia 01 de agosto de 2022 a campanha nacional “Toque de Amiga”

aprovada pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União - CNPG, em Reunião Ordinária realizada no dia 29 de junho de 2022, que tem por objetivo alertar e informar sobre a violência psicológica contra a mulher. O lançamento da referida campanha ocorreu durante o Ciclo de Diálogos sobre a Lei Maria da Penha, evento virtual promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás (ESUMP), COPEVID, Área de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Centro de Apoio Operacional do MPRO e Núcleo Estadual de Gênero da instituição.



A campanha "Toque de Amiga" teve adesão dos Ministérios Públicos de todo o Brasil.

2.6 CAMPANHA "MINISTÉRIO PÚBLICO DO BRASIL NA LUTA ANTIRRACISTA"

A Comissão Nacional permanente de Defesa dos Direitos Humanos – COPEDH lançou, no dia 21 de novembro de 2022, a campanha: Ministério Público do Brasil na Luta Antirracista. A campanha contou com apoio do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, presidido pela Dra. Luciana Andrade e pelo Ministério Público do Acre.

A realização da campanha é em atendimento ao texto da Carta da República em seu artigo 3º, III e IV, que afirma que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, bem como promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, na Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, internacionalizada pelo Brasil, na Recomendação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Simone Diniz, a fim de que o Ministério Público capacite seus membros e adote uma política institucional antirracista e ainda no fato de que a população negra representa mais da metade da população brasileira e que esse seguimento possui as piores condições de vida em todos os indicadores que medem o desenvolvimento humano.

[Veja o vídeo de lançamento da campanha no link: bit.ly/campanha-antirracismo](https://bit.ly/campanha-antirracismo)



2.7 CAMPANHA PUBLICITÁRIA NACIONAL SOBRE A IMPOTÊNCIA E A PRIORIDADE LEGAL DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

O Grupo Nacional de Direitos Humanos por meio da Comissão Permanente da Infância e Juventude COPEIJ, promoveu campanha publicitária nacional sobre a importância e a prioridade legal dos serviços de acolhimento familiar.

A Constituição da República estabelece, com prioridade absoluta, o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

Em consonância com essa diretriz constitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 34, § 1º, dispõe que, esgotados todos os recursos para que a criança e o adolescente permaneçam na família de origem, extensa ou na comunidade, deverá ser dada preferência ao seu encaminhamento para serviços de acolhimento familiar em vez do acolhimento institucional.

A campanha publicitária ficou a cargo das assessorias de comunicação das respectivas unidades do Ministério Público brasileiro.

2.8 CAMPANHA NACIONAL CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTOJUVENIL

O Grupo Nacional de Direitos Humanos por meio da Comissão Permanente da Infância e Juventude COPEIJ, no dia 19 de abril de 2023, promoveu o lançamento da campanha publicitária nacional do Ministério Público sobre prevenção ao abuso e exploração sexual infantojuvenil.

No evento a presidente do GNDH, foi representada pela Promotora de Justiça e Dirigente do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ) e Integrante da Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ, Dra. Valéria de Barros Duarte de Moraes.

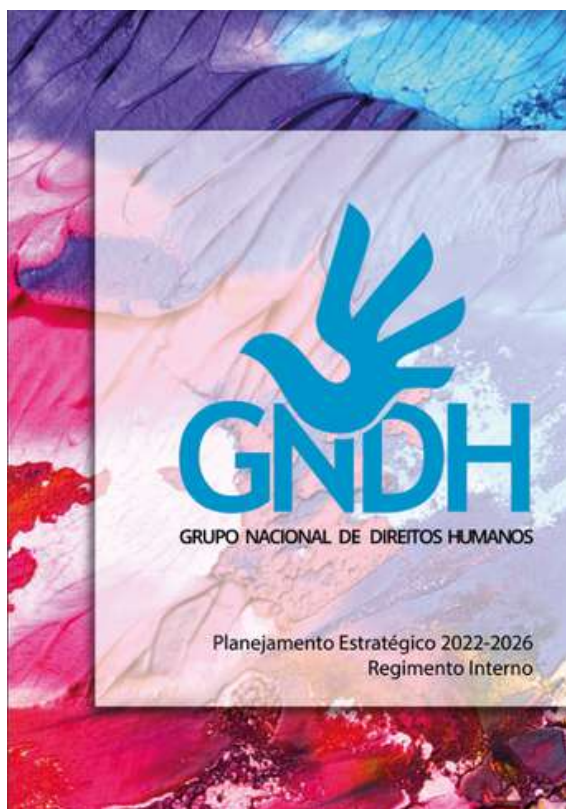
O lançamento aconteceu durante o seminário nacional “O Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e seus aspectos Contemporâneos”, realizado pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPG) e o Grupo Nacional de Direitos Humanos, em Belém.

3. REGIMENTO INTERNO E MODERNIZAÇÃO DE ROTINAS - GNDH

3.1 REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH

Uma das primeiras decisões administrativas da atual gestão foi a revisão do Regimento Interno do Grupo Nacional de Direitos Humanos, visando à adequação de fluxos e rotinas definidas a fim de evitar o acúmulo de tarefas, atrasos no cumprimento de prazos, sobreposição de ações e outros contratemplos que podem surgir quando não há uma metodologia a ser seguida. Assim, buscando a otimização das atividades, destacam-se as principais mudanças:

- Adequação do texto à perspectiva de gênero;
- Padronização dos fluxos e rotinas de tramitação para notas técnicas, enunciados, termos de cooperação, moções e eleição para Coordenação Nacional;
- Contemplar os avanços tecnológicos, como previsão de reuniões virtuais das sete Comissões Permanentes que integram o colegiado;
- Inclusão do nome da primeira mulher a ocupar no Brasil o cargo de Promotora Pública, Dra. Ormy Vianna Batista;
- Previsão de 4 (quatro) Reuniões Ordinárias por ano, na modalidade virtual e híbrida;
- Criação de fluxograma para elaboração de enunciados, notas técnicas, moção e/ou convênio; realizar eleição de Coordenador-Geral de COPE e realizar sessão de julgamento;
- Criação de documentos modelos: atas; boletim de votação da COPE; proposta de enunciado, nota técnica, moção e ou convênio; relatório à plenária e roteiro da Sessão Plenária.



A atualização do Regimento Interno do GNDH foi aprovada no dia 23 de março de 2022, por unanimidade pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União - CNPG.

As referidas alterações foram aprovadas, no dia 23 de março de 2022, por unanimidade pelo Colendo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministério Públicos dos Estados e da União - CNPG. O documento contém as diretrizes, objetivos, composição do GNDH, atuação das comissões permanentes e dos grupos estaduais, do Distrito Federal e Territórios e Regionais de Direitos Humanos dos Ministério Públicos dos Estados e da União. Segue abaixo o detalhamento das principais alterações do Regimento Interno.

3.1.1 MODERNIZAÇÃO DAS ROTINAS DE TRABALHO

Em 2022, a Presidência do GNDH iniciou estudos técnicos para a modernização das rotinas de trabalho e do Regimento Interno do Grupo, em razão dos avanços tecnológicos e das melhorias de processos identificados ao longo dos anos.

A fim de privilegiar a simetria, a equidade e a isonomia entre mulheres e homens, em razão dos novos tempos nos quais a perspectiva de gênero é imperativo de observância pelo Ministério Público brasileiro, assim como para toda a sociedade, sugeriu-se a inclusão do nome da primeira mulher do Brasil a ingressar por meio de nomeação e/ou concurso no cargo de Promotora de Justiça ou outro similar.

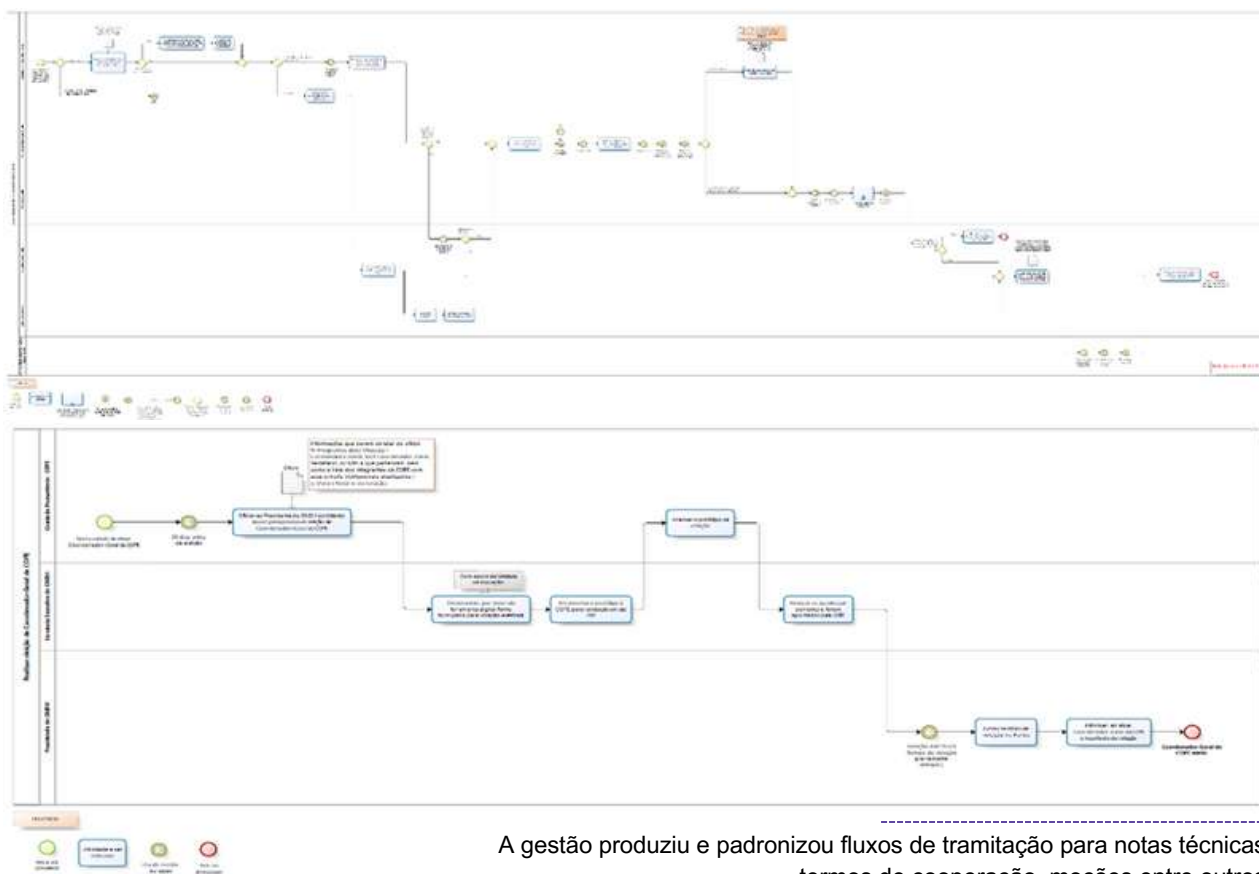
Nesse diapasão, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo realizou um levantamento de dados junto aos memoriais das demais unidades do Ministério Público, além de pesquisas na internet e nos sites oficiais das referidas instituições, compilando todas as informações obtidas sobre a primeira Promotora de Justiça do Brasil. Da análise do que consta nesse material, depreende-se que a primeira mulher a ocupar no Brasil o cargo de “promotor público”, ou similar, foi a Promotora de Justiça Ormy Vianna Batista, nomeada interinamente em 27 de maio de 1924, pelo Juiz de Direito da Comarca de Anchieta, no Estado do Espírito Santo. Por essa razão, propôs-se a inclusão de seu nome no Regimento Interno do Grupo, junto ao Promotor de Justiça Rossini Alves Couto.

3.1.2 PADRONIZAÇÃO DOS FLUXOS E ROTINAS DE TRAMITAÇÃO PARA NOTAS TÉCNICAS; ENUNCIADOS; TERMOS DE COOPERAÇÃO; MOÇÕES E ELEIÇÃO PARA COORDENAÇÃO NACIONAL

A Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) e Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), além da revisão do Regimento Interno, promoveu uma padronização no fluxo de tramitação para notas técnicas, termos de cooperação, moções, eleição para Coordenação Nacional, possibilitando uma atuação uniforme e célere das atuações do GNDH, como se observa em alguns exemplos:

Clique para acessar: bit.ly/PERI-GNDH





A gestão produziu e padronizou fluxos de tramitação para notas técnicas, termos de cooperação, moções entre outros.

3.1.3 REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE VALIDAÇÃO DOS ORIENTADORES ESTRATÉGICOS DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Durante a realização da I Reunião Ordinária do GNDH, 20 de abril de 2022, a atual gestão realizou pesquisa de validação dos orientadores estratégicos do Grupo (missão, visão e valores).

Após definidos os orientadores do Grupo, foi elaborado o planejamento estratégico compreendendo o período de 2022/2026.

3.1.4 ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Visando trabalhar de forma estratégica a Presidente do GNDH, por meio da Unidade de Planejamento e Projetos do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, realizou nos dias 17 e 18 de março de 2022, por meio da Assessoria de Gestão. Estratégica - AGE da Unidade de Planejamento e Projetos – UPP, capacitação das(os) Coordenadores sobre o tema “Gestão Estratégica”, com a apresentação de documentos orientativos para levantamento de problemas relacionados aos eixos de atuação das Comissões e a identificação das ações para enfrentamento dos problemas identificados.

Desse modo, foi inserido juntamente ao Regimento Interno do GNDH seu Planejamento Estratégico 2022/2026.

4. ELABORAÇÃO DAS METAS BIANUAIS PELAS COMISSÕES PERMANENTES DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS^{3.1}

REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH

Buscando uma atuação mais eficiente, a Presidente do GNDH inseriu o Plano de Atuação Bianual, que consiste nas Comissões pautarem suas atuações estrategicamente em dois anos, de acordo com a meta e área definidas, possibilitando assim, uma atuação focada com maior probabilidade de resolução dos problemas.

O Plano de Atuação das Comissões foi apresentado na II Reunião Ordinária do GNDH, ocorrida nos dias 29 e 30 de junho de 2022, em Vitória/ES e, posteriormente, aprovado em Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNPG, no dia 22 de julho de 2022.

Nesse sentido, as Comissões Permanentes elaboraram o Plano de Atuação Bianual de acordo com seus objetivos e metas, visando uma atuação focada na resolução de problemas, a saber:

4.1 COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – COPEDH (STRICTO SENSU)

Ações:

- 1) Sugerir a criação pelos Ministérios Públicos, de grupo de trabalho com objetivo de garantir o direito humano à alimentação, com atuação, dentre outras, nos conflitos sociojurídicos urbanos e rurais, e de fomentar a agricultura familiar, bem como acesso à moradia, à terra, ao trabalho e aos equipamentos públicos relacionados ao consumo de alimentos, água e higiene, com a qualificação da rede de segurança alimentar e nutricional;
- 2) Propor a capacitação de membros e servidores para o desenvolvimento das respectivas ações, notadamente na seara dos direitos agrário, urbano e afins, inclusive nos cursos iniciais de aperfeiçoamento e de formação continuada;
- 3) Sugerir a criação de órgãos de execução e/ou de assessoramento, especializados em conflitos sociojurídicos urbanos e rurais, em cumprimento ao disposto no art. 178, III, do CPC, que estabelece a legitimação interventiva do Ministério Público em tais demandas coletivas;
- 4) Sugerir a criação de um grupo de trabalho reflexivo e propositivo, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, para estudar o tema da segurança alimentar na perspectiva do trabalho formal e informal, urbano e rural.

Metas:

- 1) Aprimorar os Ministérios Públicos para enfrentar a problemática da segurança alimentar e nutricional e dos conflitos agrários correlatos, incluindo a perspectiva do trabalhador formal e informal, urbano e rural. A efetividade da política de segurança alimentar e nutricional que humaniza a reintegração de posse, diminui a fome, promove inclusão social, contribui com a preservação ambiental e garante dignidade ao trabalhador.;
- 2) Aprimorar o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, em consonância com o Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgado pelo Decreto no 6.085, de 19 de abril de 2007;
- 3) Enfrentamento ao racismo em todas as suas expressões, estrutural, institucional, religioso, recreativo, epistêmico, intersubjetivo e outros.

4.2 COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE DEFESA DA SAÚDE – COPEDS

Ações:

- 1) Revisão do Plano Nacional de Atuação Ministerial em Saúde Pública;
- 2) Revisão dos Enunciados da COPEDS;
- 3) Realizar levantamento e compilação das ações desenvolvidas pelo Ministério Público brasileiro durante a pandemia da Covid-19 no Brasil;
- 4) Atuação quanto à baixa cobertura vacinal infantil
- 5) Atuação relativa ao quantitativo de demandas reprimidas de cirurgias eletivas na rede pública de saúde.
- 6) Atuação quanto à implementação/ampliação da Rede de Atenção à Saúde Mental.

Metas:

- 1) Promover nova atualização do Plano Nacional de Atuação em Saúde Pública, elaborado em 2005 e atualizado em 2017, a fim de englobar novos pontos essenciais de atuação do Ministério Público em defesa da saúde pública, com especial destaque para as demandas decorrentes da pandemia da Covid-19.
- 2) Promover a atualização dos enunciados da COPEDS/GNDH/CNPG, a fim de englobar novos pontos essenciais de atuação do Ministério Público em defesa da saúde pública, com especial destaque para as demandas decorrentes da pandemia da Covid-19.
- 3) Compilar as atividades (sociomediadora e judicial) desempenhadas pelo Ministério

Público brasileiro durante todo período da pandemia da Covid-19 no Brasil.

4) Estabelecer e concretizar estratégias de atuação do Ministério Público brasileiro visando fomentar políticas públicas relativas à problemática da baixa cobertura vacinal infantil, especialmente agravada durante o período da pandemia da Covid-19.

5) Estabelecer estratégias de atuação do Ministério Público brasileiro visando fomentar políticas públicas relativas às cirurgias eletivas reprimidas, especialmente agravada durante o período da pandemia da Covid-19.

6) Estabelecer estratégias de atuação do Ministério Público brasileiro, visando assegurar o adequado funcionamento da rede de atuação à saúde mental.

4.3 COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – COPEIJ

Ações:

1) Combate à invisibilidade da violência contra crianças e adolescentes e dificuldade de implementação da Lei nº 13.431/2017;

2) Fomento à implementação do serviço de acolhimento em família acolhedora e guarda subsidiada e financiamento à regionalização da proteção social especial do SUAS.

Metas:

1) Articulação com o CNJ e o CNMP para implementação do depoimento especial; fomentar a implementação da escuta especializada e dos centros integrados de atendimento, nos locais onde for cabível; articulação junto ao CNJ e CNMP para formação de juízes e promotores e demais agentes que atuam na execução do depoimento especial e articular o fortalecimento de campanhas e de sensibilização para dar visibilidade à violência contra crianças e adolescentes.

2) Formação dos atores do sistema de justiça acerca do acolhimento familiar e guarda subsidiada; articulação com CIT/CNAS, visando à ampliação do acolhimento familiar e articulação com o CNJ e CNMP, visando o fomento à ampliação do acolhimento familiar.

4.4 COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA PESSOA IDOSA – COPEPDI

Ação:

1) Implementação da política de assistência social para pessoa idosa e para pessoa com deficiência

Meta:

1) Implantação de serviços socioassistenciais previstos na Resolução do conselho nacional de assistência social nº 109 para melhora da qualidade de vida das pessoas idosas, pessoas com deficiências e seus cuidadores. Apresentação de material que promovam a atuação ministerial para fomentar a política, em especial a criação de centros dias.

4.5 COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER – COPEVID

Ações:

- 1) Aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público e Polícias Civil e Militar no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulher, incluindo a empregada doméstica, com enfoque na fiscalização da efetividade das medidas protetivas;
- 2) Acompanhar e articular para que seja incluído o conteúdo sobre a prevenção da violência contra mulher nos currículos da educação básica e a realização da Semana Escolar de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, conforme estabelecido na Lei 14.164/2021, bem como implementar medidas educativas nas escolas do bairro com maior índice de violência doméstica;
- 3) Fomentar e acompanhar a implementação do Formulário Nacional de Risco, conforme estabelecido na Lei 14.149/2021.

Metas

- 1) Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, incluindo a empregada doméstica, com a fiscalização da efetividade das medidas protetivas.
- 2) Atender ao estabelecido na Lei 14.164/2021, implementação de medidas educativas nas escolas dos bairros com maior índice de violência doméstica.
- 3) Atender ao estabelecido na Lei 14.149/2021, de acordo com § 1º do artigo 2º da Lei 14.149/2021, os objetivos são identificar os fatores que indicam o risco de a mulher vir a sofrer qualquer forma de violência no âmbito das relações domésticas, para subsidiar a atuação dos órgãos e das entidades da rede de proteção na gestão do risco identificado, devendo ser preservado, em qualquer hipótese, o sigilo das informações.

4.6 COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO – COPEDUC

Ações:

- 1) Busca Ativa e recuperação de aprendizagens;
- 2) Sistema Nacional de Educação;
- 3) Financiamento na Educação/FUNDEB;

- 4) Novo PNE e suas discussões;
- 5) Descumprimento sistemático do PNE.

Metas

- 1) Fomentar estratégias nacionais e regionais com eventos e subgrupos para discussão do tema e sensibilização quanto a sua importância. Identificar consequências/correlações do abandono escolar com aumento do trabalho infantil, do envolvimento em atos infracionais, etc.
- 2) Fomento de reuniões de comissões com colega e movimentos sociais para troca de experiências, acompanhando as discussões no Congresso Nacional, inclusive com possibilidade de interferência nas discussões com apresentação de sugestões de melhorias no projeto.
- 3) Proposta de articulação para cooperação técnica com os TCU, TCEs, Atricon, comunidade científica para capacitação de membros e análise de dados, visando a maior efetividade no controle qualitativo dos investimentos e despesas públicas. Realização do evento nacional previsto para agosto, em Florianópolis, para troca de experiências entre órgãos de controle ((MPs e TCEs) na área da Educação.
- 4) Formar subgrupo para acompanhamento atento das discussões previstas no Congresso Nacional, inclusive com propostas de melhorias no projeto em andamento, especialmente em tema como a gestão democrática, educação antirracista, questões de diversidade de gênero, resolução de conflitos, direitos das crianças e adolescentes, violência doméstica ou qualquer outra expressão de violências, se possível
- 5) Adotar providências para o aperfeiçoamento do monitoramento de metas e estratégias do PNE, com parcerias entre os órgãos de controle, e análise das eventuais medidas possíveis para sua concretização.

4.7 COMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO, URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL – COPEMA “JOSÉ MARIA DA SILVA JUNIOR

Metas:

- 1) Fomento à atuação regionalizada do Ministério Público ambiental;
- 2) Fomento à uniformização das estruturas dos órgãos de execução (promotorias especializadas e regionalizadas), grupos, câmaras e coordenação, núcleos e centro de apoio com atuação na temática ambiental em todos os ramos e unidades do MP brasileiro;
- 3) Capacitação aos membros do Ministério Público brasileiro, em especial os integrantes da COPEMA, por meio de seminário e recursos periódicos

5. CRIAÇÃO E LANÇAMENTO DA REVISTA DE DIREITOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A presidência do GNDH, por meio da Assessoria de Comunicação do MPES, desenvolveu a 1ª Edição da Revista Eletrônica do GNDH, para tal, foi realizada pesquisa para escolha do nome da revista do grupo pela lista de transmissão de e-mail das(os) integrantes. Além disso, produziu a identidade visual, os textos de apresentação da publicação e criou os perfis da revista nas plataformas Medium e Youtube para publicação dos conteúdos.

A primeira edição traz os resultados da II Reunião Ordinária do GNDH, realizada em Vitória, nos dias 29 e 30 de junho de 2022, além de artigos que envolvem temas como: violência de gênero, importância do movimento em prol dos direitos das vítimas, da saúde, da educação, do meio ambiente, da infância e juventude, do enfrentamento ao racismo, da pessoa idosa e pessoa com deficiência.

Durante a realização da III Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos, no dia 12 de setembro de 2022, aconteceu o lançamento da Revista virtual de Direitos Humanos do Ministério Público. A Revista eletrônica é um trabalho desenvolvido pelo Grupo que visa promover, proteger e defender os direitos fundamentais da sociedade.

REVISTA DE DIREITOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - GNDH www.cnpq.org/gndh

SOBRE A REVISTA | SOBRE O GNDH | SOBRE AS COMISSÕES PERMANENTES | SITE GNDH

EDIÇÃO DE LANÇAMENTO — SETEMBRO/2022

Editorial
É com grande alegria e satisfação que começamos a primeira edição da "Revista Eletrônica de Direitos Humanos do Ministério Público"...

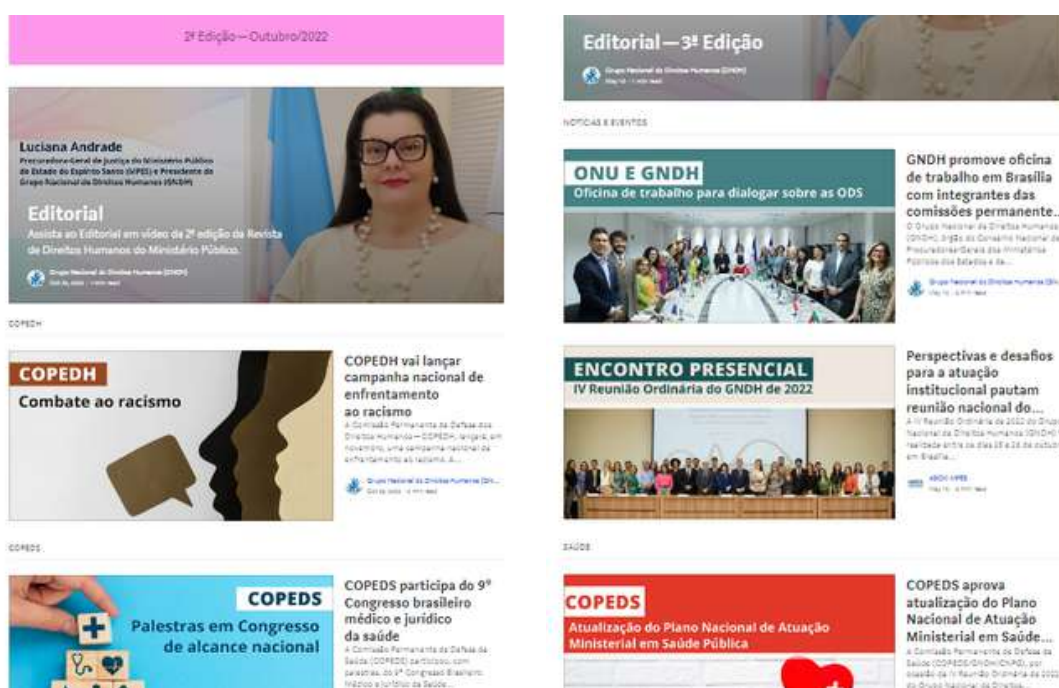
Grupo Nacional de Direitos Humanos (GN...
Sep 5, 2022 - 2 min read

A revista está disponível no link:
<https://medium.com/revista-gndh>

5.1 2ª EDIÇÃO DA REVISTA DE DIREITOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A 2ª Edição da Revista de Direitos Humanos do Ministério Público foi lançada durante a IV Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos, que aconteceu nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2022. A reunião foi sediada pelo Ministério Público Militar e teve como tema: “Agenda 2030: perspectivas e desafios para o Ministério Público brasileiros”.

A 2ª edição da revista contou com material enviado pelas comissões permanentes que integram o grupo, com vídeos, artigos e podcasts.



5.2 3ª EDIÇÃO DA REVISTA DE DIREITOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

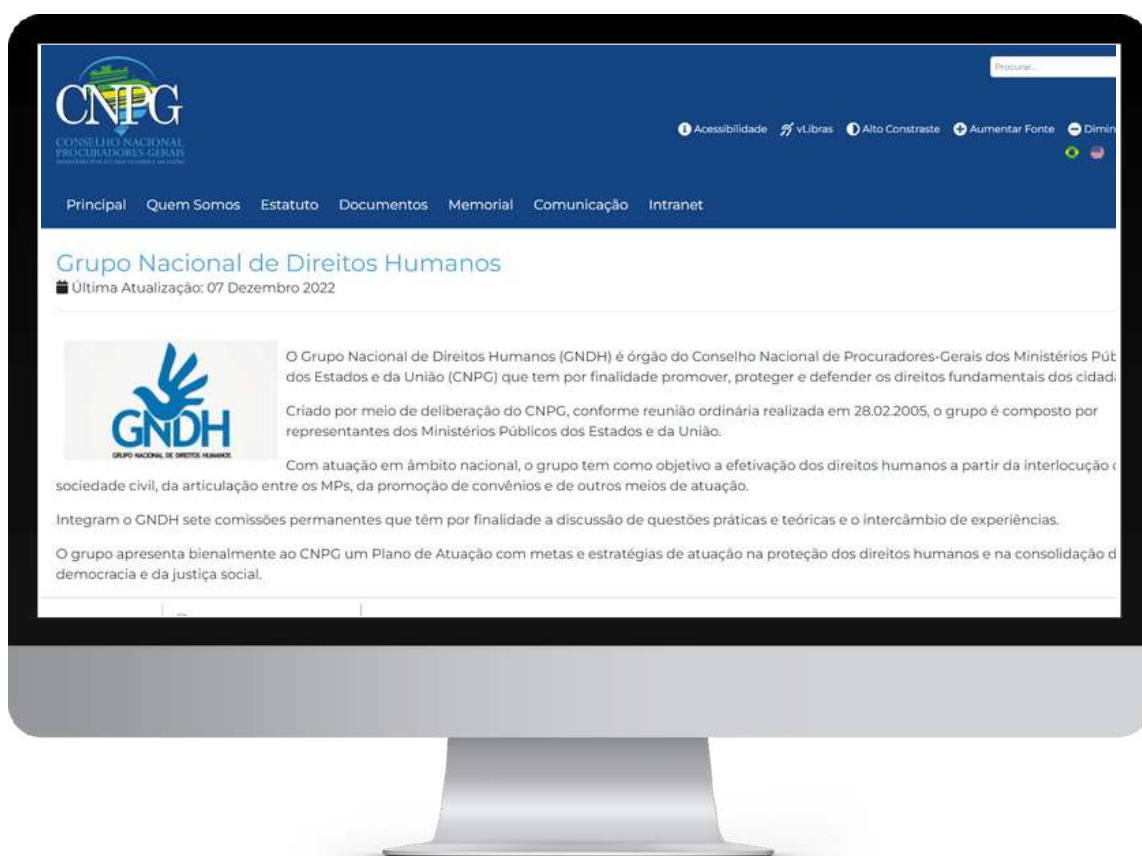
O lançamento da 3ª edição da Revista de Direitos Humanos do Ministério Público foi muito especial, pois foi a última edição dessa gestão. O lançamento ocorreu durante a II Reunião Ordinária do GNDH, que ocorreu nos dias 10, 11 e 12 de maio de 2023, sediada pelo Ministério Público do Estado do Piauí.

Assim como as edições anteriores, a 3ª edição contou com material enviado pelas comissões permanentes que integram o GNDH, visando sempre dar visibilidade ao trabalho realizado por membras e membros do Ministério Público brasileiro.

6. ALIMENTAÇÃO DO SÍTIO DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS NA INTERNET

O Grupo Nacional de Direitos Humanos tem papel fundamental dentro do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG; produzindo notas técnicas, enunciados e moções que versam sobre vários temas de interesse nacional.

Pensando nisso, a Presidente do GNDH realiza a alimentação do sítio do GNDH que fica hospedado dentro da página do CNPG, com toda a documentação produzida pelas Comissões Permanentes que integram o Grupo.



O sítio do GNDH pode ser acessado pelo link:
www.cnp.org.br/grupo-nacional-de-direitos-humanos-gndh



7. INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE O GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - GNDH E CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP

7.1 ENCONTRO DO CNMP DISCUTE FORMAS DE INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA PELA POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA

A Presidente do GNDH participou, no dia 23 de fevereiro de 2022, do “Encontro de integração do Sistema de Justiça pela política socioeducativa”, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE).

O objetivo principal do encontro foi propor um diálogo entre integrantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e da advocacia em relação ao atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Brasil.

O evento, realizado em formato semipresencial no Plenário do CNMP, em Brasília, buscou identificar convergências e compartilhar agendas, projetos e ações para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo no marco da proteção integral, também participou do encontro, a Promotora de Justiça, Dra. Cláudia Regina dos Santos Albuquerque Garcia, Secretária Executiva do GNDH e Assessora do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, com o Coordenador Nacional da Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ) do GNDH, Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Dr. João Luiz de Carvalho Botega.



Encontro do CNMP discutiu formas de integração do Sistema de Justiça pela política socioeducativa

7.2 SEMINÁRIO INTERNACIONAL ABORDA FUNCIONAMENTO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS NO BRASIL, NA FRANÇA E EM PORTUGAL

A Presidente do GNDH participou, no dia 13 de junho de 2022, do Seminário Perfis Constitucionais Comparados do Ministério Público.

O evento, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, teve as apresentações voltadas para mostrar como é o funcionamento dos Ministérios Públicos do Brasil, de Portugal e da França.

O seminário foi coordenado pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, presidida pelo conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr.



7.3 CICLO DE DIÁLOGOS DA LEI MARIA DA PENHA PROMOVIDO PELO CNMP

A Presidente participou, no dia 30 de agosto de 2022, da solenidade de abertura do Ciclo de Diálogos da Lei Maria da Penha, promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para discutir e elaborar projetos para a aplicação da norma que coíbe e previne a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006).



A abertura do evento contou com a presença do Presidente da CDDF, Conselheiro Dr. Otavio Luiz Rodrigues Júnior; do Corregedor Nacional do CNMP, Dr. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto e do Conselheiro do CNMP, Dr. Paulo Cezar dos Passos.

7.4 PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA RECEBE VISITA INSTITUCIONAL DE CONSELHEIRO DO CNMP

A Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) recebeu, no dia 27 de setembro de 2022, a visita institucional do Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselheiro Dr. Otavio Luiz Rodrigues Junior. A pauta da reunião envolveu o alinhamento de estratégias, governança e atuação da CDDF e do GNDH, ligado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJG).



Dr. Otavio Luiz Rodrigues Junior e
Dra. Luciana Andrade

7.5 GRUPO NACIONAL DE DIREITO HUMANOS PARTICIPA DO LANÇAMENTO DE GRUPO DE TRABALHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DEFESA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DO CNMP

O GNDH participou, no dia 18 de outubro de 2022, do evento de apresentação do Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar e Defesa das Pessoas em Situação de Rua da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



Além de Luciana Andrade, participaram do encontro, de forma virtual, a procuradora de Justiça aposentada do MPES Celia Lucia Vaz de Araújo; a promotora de Justiça da instituição e membra auxiliar da CDDF Andrea Teixeira de Souza; e a promotora de Justiça do MPES e assessora do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça Cláudia R. Santos Garcia.

7.6 PARTICIPAÇÃO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – ONU E DE COMISSÕES DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO GNDH- 2022

O Grupo Nacional de Direitos Humanos tem um longo histórico de integração com outros órgãos.

Vale destacar a integração do Grupo Nacional de Direitos Humanos com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, órgão das Nações Unidas; da Comissão do Meio Ambiente; da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP; da Comissão da Saúde do CNMP e da Corregedoria Nacional do Ministério Público, na IV Reunião Ordinária do GNDH.

A solenidade de abertura da IV Reunião Ordinária do GNDH contou com uma mesa de diálogo com o tema: “Agenda 2030: perspectivas e desafios para o Ministério Público brasileiro entre a Assessora de Cooperação Descentralizada, ODS e Desenvolvimento

Territorial do PNUD Brasil das Nações Unidas - ONU, Dra. Ieva Lazareviciute, o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP, Dr. Otávio Luiz Rodrigues Júnior; do Presidente da Comissão de Meio Ambiente Dr. Rinaldo Reis Lima; do Presidente da Comissão da Saúde do CNMP, Dr. Jayme Martins de Oliveira Neto e do Corregedor Nacional do Ministério Público, Dr. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto.



A participação no PNUD foi um dos temas da IV Reunião Ordinária de 2022 do GNDH, realizada no Ministério Público Militar, em Brasília, em outubro do referido ano.

7.7 SEMINÁRIO DE DIREITOS HUMANOS E DO LANÇAMENTO DO GUIA DE ATUAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 230/2021

O Grupo Nacional de Direitos Humanos por meio da Presidente participou, no dia 06 de dezembro de 2022, do Seminário de Direitos Humanos e do Lançamento do Guia de Atuação da Resolução CNMP nº 230/2021, em Brasília. Dra. Luciana Andrade foi uma das palestrantes do evento, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro.

Dra. Luciana Andrade palestrou sobre o tema “Ministério Público e a garantia dos Direitos Humanos”.



Na ocasião, Luciana Andrade destacou a importância da atuação ministerial em defesa dos Direitos Humanos

8. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE O GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS E DA UNIÃO

8.1 VISITA INSTITUCIONAL DO SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA E PROCURADOR FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO VA

A presidência do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) recebeu, no dia 17 de março de 2022, a visita institucional do Subprocurador-Geral da República e Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Dr. Carlos Alberto Vilhena.

O encontro promoveu uma aproximação interinstitucional da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão com o GNDH visando união de esforços para proteger, garantir e promover os direitos humanos no Brasil. A reunião, realizada no Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, na sede do MPES, em Vitória, também teve a participação da Corregedora-Geral da instituição, Dra. Carla Viana Cola, e seguiu os cuidados necessários de biossegurança.



GNDH e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão unem forças visando à proteção da sociedade

8.2 GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS PARTICIPA DE WEBINAR SOBRE O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A atual gestão participou, no dia 31 de maio de 2022, do webinar “O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes: entre a responsabilização e o cuidado”, realizado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio da Escola Superior do MPSP e pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJ), por intermédio da Comissão Permanente da

Infância e Juventude (COPEIJ), vinculada ao Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH).

O evento representou a unidade institucional do Ministério Público brasileiro no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, de forma transversal e coordenada no âmbito da infância, da violência doméstica e criminal.



O webinar coroou as atividades do mês de mobilização contra o abuso sexual de crianças e adolescentes

8.3 GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS PARTICIPA DE WEBINAR “CICLO DE DIÁLOGOS DA LEI MARIA DA PENHA” PROMOVIDOS PELOS MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

A atual gestão participou, no dia 12 de agosto de 2022, do webinar “Ciclo de Diálogos da Lei Maria da Penha”, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, em conjunto com a Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás e o Núcleo de Gênero do Centro de Apoio Operacional Criminal do MPSP. O evento também tem o apoio da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (COPEVID) do GNPG e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



O evento celebra o agosto Lilás, mês de luta contra a violência doméstica

O evento celebra o agosto Lilás e é fruto da Recomendação nº 89/22 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que tem como objetivo avaliar a aplicabilidade e a eficácia da Lei Maria da Penha no âmbito ministerial, os avanços legislativos e a observância de instrumentos a serem aprimorados e implementados para a colaboração do Ministério Público brasileiro na prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher.

8.4 REUNIÃO DE ALINHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DA IV REUNIÃO DO GNDH 2022 - MPM E MPES

A Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) e a Secretária-Executiva do GNDH foram recebidas, no dia 21 de setembro de 2022, pelo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público Militar e 1º Vice-Presidente do GNDH, Dr. Antônio Pereira Duarte.

No encontro foram tratadas questões referentes à realização da Reunião Ordinária do GNDH, realizada na Procuradoria-Geral Militar, em Brasília/DF, nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2022.



8.5 PRESIDENTE DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH MINISTRA PALESTRA EM LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A atual gestão participou na qualidade de palestrante, no dia 17 de novembro de 2022, do lançamento do segundo volume do Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM), do Ministério Público do Maranhão. O documento reúne o terceiro e o quarto planos de ação do órgão, com foco no combate ao racismo, à LGBTfobia e à intolerância religiosa e à defesa dos direitos de pessoas que vivem com HIV/Aids. O

encontro foi realizado na sede do MP Maranhão, em São Luís.

Em visita ao Ministério Público do Maranhão, a Presidente do GNDH também participou da abertura da exposição coletiva “Raízes Ancestrais”, realizada pelo MPMA em homenagem ao Mês da Consciência Negra. A exposição foi realizada no Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão, em São Luís.

Durante a visita ao Ministério Público do Maranhão, a Presidente do GNDH ainda visitou o Memorial da instituição.

Na ocasião, a Presidente do GNDH conheceu o Programa de Memória do MPMA, as instalações do Centro Cultural e Administrativo do órgão e visitou o acervo multimídia e as exposições permanentes do local.



Lançamento do segundo volume do Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM), do Ministério Público do Maranhão

8.6 GRUPO NACIONAL DE DIREITO HUMANOS PARTICIPA DE SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

A atual gestão participou, no dia 29 de novembro de 2022, do Seminário Luso-brasileiro de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário promovido pelo Ministério Público Militar (MPM) em Brasília. O evento, realizado com o apoio da Universidade do Minho – Portugal, foi conduzido pelo Procurador-Geral de Justiça Militar (MPM), Dr. Antônio Pereira Duarte, e contou com palestras e debates.

Durante a solenidade, a atual gestão foi agraciada por Antônio Pereira Duarte com o Medalhão do Centenário do Ministério Público Militar, comenda que simboliza a

admiração e o reconhecimento a pessoas que contribuíram com o Ministério Público Militar nestes mais de 100 anos de existência.

A Secretária-Executiva do GNDH e Assessora do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça do MPES, Promotora de Justiça Dra. Cláudia Santos Garcia e o Secretário-Geral do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça do MPES, Promotor de Justiça, Dr. Francisco Martínez Berdeal, também participaram do seminário.



Abertura do Seminário Luso-brasileiro de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário

8.7 REUNIÃO DE ALINHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DA II REUNIÃO DO GNDH 2023 - MPPI E MPES

A Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) e a Secretária-Executiva do GNDH foram recebidas pelo Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Grupo Nacional de Defesa do Consumidor, Dr. Cleandro Moura e pela Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Dra. Cláudia Seabra, o encontro entre os chefes dos Ministérios Públicos do Piauí e do Espírito Santo aconteceu no dia 09 de maio de 2023, na sede do MP piauiense. Na reunião foram tratadas questões relativas à realização da Reunião Ordinária do CGNPG, II Reunião Ordinária do GNDH e Reunião Ordinária do GNDC, que ocorreu nos dias 10, 11 e 12 de maio de 2023.

Visita Institucional para reunião de trabalho no Ministério Público do Estado do Piauí



9. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE O GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E ÓRGÃOS DE DIREITOS HUMANOS

9.1 LIVE: ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA NOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES - ABMCJES

A presidência do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) participou, no 26 de agosto de 2022, da live promovida pela Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica do Estado do Espírito Santo (ABMCJ-ES).

A live teve como objetivo tratar das atualizações legislativas sobre Direitos Humanos das mulheres.



A live contou com a participação da então presidente da ABMCJ/ES, procuradora de Justiça do MPES Catarina Cecin Gazele

9.2 REUNIÃO COM MINISTÉRIO DAS MULHERES



Buscando estabelecer parcerias para efetivar e fortalecer políticas públicas de combate à violência contra mulher, o Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), juntamente com a Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, realizaram, no dia 14 de fevereiro de 2023, reunião com a Secretária de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres, Dra. Carmen Foro.

9.3 REUNIÃO COM MISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Visando estabelecer parcerias voltadas para ações e projetos de políticas públicas que fortaleçam a área da educação, a Presidente do GNDH juntamente com a Comissão Permanente da Educação (COPEDEC) participaram de reunião realizada no dia 12 de abril de 2023, na sede do MEC na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, com o Coordenador-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos do Ministério da Educação (MEC), professor Erasto Fortes Mendonça e o Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), Dr. Rodrigo Luppi.



9.4 REUNIÃO COM MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS



Com objetivo de estabelecer ações e projetos de políticas públicas voltadas para o fortalecimento dos direitos do cidadão, o GNDH por meio da atual gestão, juntamente com a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos – COPEDEH, realizou reunião no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), com a participação da Secretária-Executiva do MDH, Dra. Rita Cristina de Oliveira, Chefe de Gabinete da Secretária-Executiva, Laura Fernanda Zacher e a Coordenadora-Geral de Articulação Federativa, Dra. Maia Aguilera Franklin de Matos.

10. COMISSÃO TEMÁTICA NACIONAL DE COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE ESCOLAR NO ÂMBITO DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

O Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União instituiu a Comissão Temática Nacional de Combate e Prevenção à Violência contra a Comunidade escolar, sendo composta pelo Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH, por meio das Comissões Permanentes de Educação - COPEDUC, da Infância - COPEIJ, dos Direitos Humanos (stricto sensu) - COPEDH e da Saúde COPEDS, o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas - GNCOC e o Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal - GNCCRIM.

A presente Comissão tem por objetivo analisar de maneira multidisciplinar e intersetorial o fenômeno de violência no ambiente escolar e contra a comunidade escolar, além de elaborar estratégias de atuação do Ministério Público para o enfrentamento de tal fenômeno e articular ações, fortalecendo o princípio de unidade institucional e buscando resolutividade.

Além disso, a Comissão apresentou ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e da União - CNPG o relatório de Atuação integrada em casos de identificação de ações hostis e ataques contra a comunidade escolar que foi aprovado pelo Colendo Colegiado por unanimidade no dia 16 de abril de 2023, fruto de várias reuniões de alinhamento entre a Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo e Presidente do GNDH, Dra. Luciana Andrade, o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Dr. Mário Luiz Sarrubbo e do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Presidente do Grupo Nacional De Coordenadores de Centro de Apoio Criminal – GNCCRIM, Dr. Marcelo Lemos Dornellas e integrantes das respectivas comissões.

O ato de criação da Comissão Temática pode ser acessado por meio do link: bit.ly/ATO-CTVE



11. REALIZAÇÃO DE TRÊS REUNIÕES PREPARATÓRIAS VIRTUAIS

11.1 I REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL - 2022

Enfrentando os desafios impostos pela pandemia da COVID19, a atual gestão promoveu no dia 20 de abril de 2022 a I Reunião Ordinária do GNDH, realizada de forma virtual.

Durante o encontro, com mais de 150 participantes, ocorreu a apresentação do material desenvolvido após mapeamento das rotinas do GNDH, como os fluxogramas, o planejamento estratégico, o plano de ação do colegiado e o detalhamento do modelo da revista eletrônica do grupo, além de reuniões simultâneas e conjunta entre as sete Comissões Permanentes (COPEs) que integram o colegiado.



Mais de 150 participantes na primeira reunião virtual da gestão

A reunião contou ainda com a participação dos integrantes das sete Comissões Permanentes (COPEs) do GNDH: Comissão Permanente de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso (COPEDPDI), coordenada por Cristiane Branquinho, do MPRJ; Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS), coordenada por Isabel Maria Salustiano Arruda Pôrto, do MPCE; Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (COPEVID), coordenada por Rúbian Corrêa Coutinho, do MPMG; Comissão Permanente de Educação (COPELUC), coordenada por Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, do MPAL; Comissão Permanente da Infância e Juventude (COPEIJ), coordenada por João Luiz de Carvalho Botega, do MPSC; Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos (stricto sensu) (COPELUDH), coordenador Eneas Romero de Vasconcellos, do MPCE; e Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural (COPEMA), coordenada por Roberto Carlos Batista, do MPDFT.

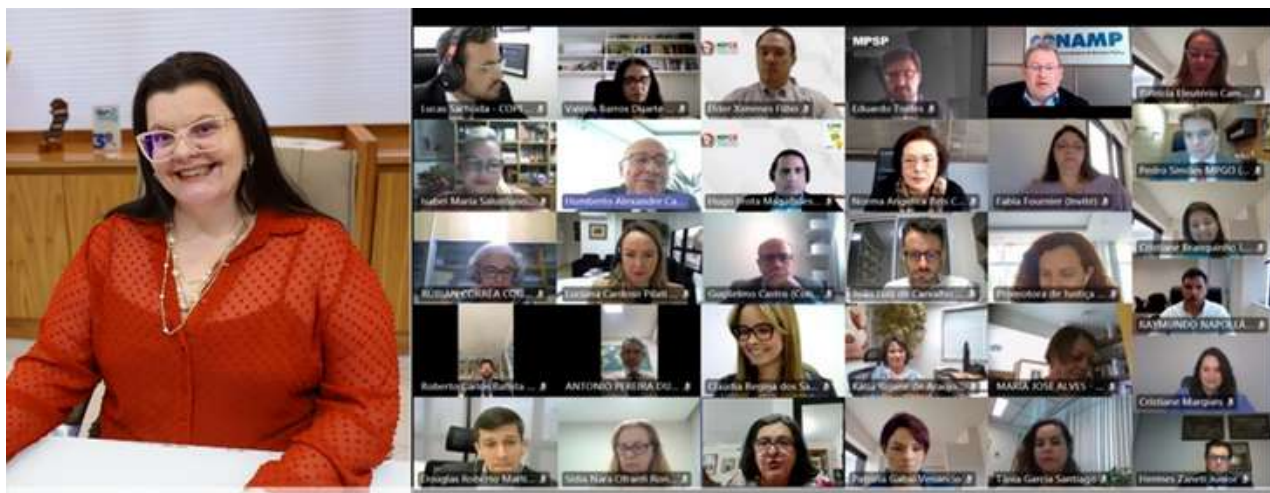
Na primeira parte da reunião, das 9h30 às 12h, foram apresentadas iniciativas que estão sendo desenvolvidas pelas áreas do MPES, visando ao aprimoramento das atividades do GNDH, com apresentações de projetos da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), Assessoria Legislativa (ALE) e Assessoria de Comunicação (ASCM) para o grupo.

O encontro foi retomado durante à tarde, às 14h. Na ocasião, o Subprocurador-Geral de Justiça Judicial, Josemar Moreira, participou da abertura dos trabalhos e comemorou os avanços nos debates relacionados à temática dos direitos humanos. “Os direitos humanos têm pautado, inclusive, audiências públicas aqui no Tribunal de Justiça do Espírito Santo. E esse é um grande avanço que reconhecemos para essa temática, que ela seja debatida em audiências públicas”, pontuou.

A programação seguiu com reuniões simultâneas das sete Comissões Permanentes do GNDH, para deliberações de cada área, e, ao final, foi realizada uma reunião conjunta entre todos os participantes com a presidente do colegiado. O evento foi concluído com a apresentação do mapa estratégico do GNDH, que teve as diretrizes votadas pelos integrantes ao longo do dia.

11.2 III REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL - 2022.

A Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) promoveu, no dia 12 de setembro de 2022, a III Reunião Ordinária do GNDH realizada de forma virtual.



III Reunião Ordinária de 2022

Durante o encontro, com mais de 200 participantes, foi lançada a Revista de Direitos Humanos do Ministério Público e feita a apresentação da palestra “Indicadores de desempenho e qualidade dos processos”, além de reuniões simultâneas e conjunta entre as sete Comissões Permanentes (Copes) que integram o colegiado.

A Revista Eletrônica de Direitos Humanos do Ministério Público é um trabalho desenvolvido pelo colegiado que visa promover, proteger e defender os direitos fundamentais da sociedade.

Na primeira edição, a revista conta com os resultados da II Reunião Ordinária do GNDH, realizada em Vitória, no Espírito Santo, nos dias 29 e 30 de junho, além de artigos que envolvem temas como: violência de gênero, importância do movimento em prol dos direitos das vítimas, saúde, educação, meio ambiente, infância e juventude. Para conferir, é só acessar o link <https://medium.com/revista-gndh>.

A reunião contou com a palestra “Indicadores de desempenho e qualidade dos processos” ministrada pelo servidor do MPES Fabrício Ferraz Pego. O servidor mostrou a importância dos indicadores para o desenvolvimento eficiente do Ministério Público, além de métodos e entendimentos de como trabalhar com essas ferramentas de forma simples e prática.

A programação seguiu com reuniões simultâneas para deliberações das sete Comissões Permanentes do GNDH: Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos – COPEDH (stricto sensu); Comissão Permanente de Defesa da Saúde - COPEDS; Comissão Permanente da Infância e Juventude - COPEIJ; Comissão Permanente de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso - COPEPDI; Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - COPEVID; Comissão Permanente de Educação - COPDEUC; Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural - COPEMA.

11.3 | REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL - 2023

O Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), promoveu, no dia 28 de abril de 2023, a I Reunião Ordinária do GNDH. O encontro contou a participação de mais de 100 participantes.

Ao abrir o evento, a presidente do GNDH, Luciana Andrade, destacou o desafio de liderar um grupo tão grande e com diferentes temáticas nos últimos dois anos, em um período ainda de pandemia da Covid-19 e de inúmeras adversidades. Reconheceu o trabalho “fantástico” desempenhado pelas membras e membros do GNDH e a coragem de todas(os) de enfrentar temas sensíveis, como a vacinação infantil, posicionando-se de forma firme, técnica e robusta. Reforçou o papel do Ministério Público como guardião da sociedade, protegendo os mais vulneráveis. Também lembrou conquistas, como a atualização do Regimento Interno do GNDH, a elaboração do Planejamento Estratégico, o lançamento da revista eletrônica do grupo, bem como inúmeros enunciados, notas e pareceres técnicos elaborados no período.

A Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União CNPG, Dra. Norma Angélica Reis Cavalcanti, salientou o trabalho honroso conduzido por Luciana Andrade e destacou ainda que o GNDH tem sido um dos grupos mais ativos do colegiado.



I Reunião Ordinária Preparatória do GNDH de 2023

12. REALIZAÇÃO DE TRÊS REUNIÕES ORDINÁRIAS HÍBRIDAS

12.1 II REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2022 - VITÓRIA/ES

Superadas as limitações impostas pela pandemia de COVID19, a atual gestão realizou, nos dias 29 e 30 de junho de 2022, a II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) e a I Reunião do Grupo Nacional de Defesa do Consumidor (GNDC). Durante o evento, foi realizada também a reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPG), estavam presentes Procuradores-Gerais de Justiça, Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e aproximadamente 200 membros do Ministério Público brasileiro de todo o país.

Plenária da II Reunião Ordinária de 2022 do GNDH



O evento foi marcado pela apresentação e aprovação de propostas, notas técnicas e diretrizes das sete Comissões Permanentes que integram o GNDH (Idoso e Pessoas com Deficiência, Violência Doméstica, Meio Ambiente, Infância e Juventude, Direitos Humanos (stricto sensu), Saúde e Educação), e do GNDC (Consumidor) para o fortalecimento da atuação do Ministério Público brasileiro. As comissões se reuniram durante toda a manhã do dia 30 de junho. À tarde, foi realizada a Reunião Plenária dos coordenadores das Comissões Permanentes para a apresentação das deliberações de cada colegiado.

12.2 IV REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2022 - BRASÍLIA/DF

Com o objetivo de dialogar a respeito das perspectivas e desafios para a atuação do Ministério Público brasileiro, a atual gestão em parceria com o Ministério Público Militar (MPM) promoveu nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2022 a IV Reunião Ordinária do GNDH, em Brasília. O evento, com o tema “Agenda 2030: perspectivas e desafios para o Ministério Público brasileiro”, reúne cerca de 180 Procuradores(as) e Promotores(as) de Justiça dos Estados e da União, buscando aprimorar a atuação ministerial na defesa dos direitos fundamentais de toda a coletividade.

O encontro nacional, realizado na sede do Ministério Público Militar, contou também com o apoio do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPJ), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP).

Abertura da IV Reunião Ordinária de 2022 do GNDH



12.3 II REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023 - TERESINA/PI

Durante os dias 10, 11 e 12 de maio de 2023, foi realizada a II Reunião Ordinária do GNDH, o evento também marcou o encerramento da atual gestão que presidiu o GNDH por dois anos e deixou um legado de planejamento, estruturação e organização dos trabalhos do grupo.

O evento com o tema “Junt@s: construindo o futuro e transformando realidades”, contou com a presença de mais de 200 integrantes do Ministério Público brasileiro na capital piauiense, para discutir e planejar ações que possam aperfeiçoar a atuação do parquet em todo o país.

Durante a Plenária, a Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS) colocou em pauta uma proposta de moção de aplausos para a presidente e para a secretária-executiva do GNDH pela atuação à frente do grupo. O texto foi apresentado pela coordenadora da comissão, Isabel Porto (MPCE).

II Reunião Ordinária de 2022 do GNDH



A homenagem foi aprovada por aclamação, momento em que outros participantes do encontro também destacaram a atuação da presidente do Grupo, salientando as diversas realizações, conquistas e avanços no período em que Luciana Andrade e Cláudia Garcia estiveram na presidência e na secretaria-executiva, e, por unanimidade aderiram à moção.

Pela manhã, ambas foram homenageadas também pela Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar (COPEVID). O agradecimento pelo empenho dedicado ao GNDH foi estendido à equipe de membras(os) e servidoras(es) do MP capixaba, que se dedicaram às atividades do grupo durante o período.

13. CAPACITAÇÃO E OFICINAS PARA INTEGRANTES DAS COMISSÕES PERMANENTES QUE INTEGRAM O GNDH

13.1 CAPACITAÇÃO: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANO DE ATUAÇÃO

A atual gestão realizou, nos dias 17 e 18 de março de 2022, capacitação aos Coordenadores das COPE's, sendo dividida em duas etapas.

No dia 17 de março de 2022, foi realizada explanação sobre o tema: Gestão Estratégica e apresentação de documentos orientativos para levantamento de problemas relacionados aos eixos de atuação das Comissões e a identificação das ações para enfrentamento dos problemas identificados.

No dia 18 de março de 2022, foi apresentado um modelo de documento para elaboração do Plano de Atuação Anual (PAA).

13.2 CAPACITAÇÃO: GESTÃO ESTRATÉGICA

Durante a realização da I Reunião Ordinária do GNDH, realizada no dia 20 de abril de 2022, foi realizada capacitação aos Coordenadores da COPE's com tema: Gestão Estratégica.

A palestra foi ministrada pelo servidor do MPES, Fabrício Ferraz Pego, que abordou diversos temas, dos quais destacam-se:

- Governança e Gestão
- Planejamento estratégico
- Execução Estratégica

13.3 CAPACITAÇÃO: INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE DOS PROCESSOS

Durante a III Reunião Ordinária do GNDH, realizada no dia 12 de setembro de 2022, foi realizada capacitação aos Coordenadores sobre o tema: Indicadores de desempenho e qualidade dos processos.

A palestra foi ministrada pelo servidor do MPES, Fabricio Ferraz Pego, que abordou os seguintes temas em sua apresentação:

- Conceito de indicadores
- Conceito de visão distante
- Conceito de visão próxima

13.4 CAPACITAÇÃO: PLANEJAMENTO, RESULTADOS E APRENDIZADOS

Encerrando o ciclo de capacitações, durante a I Reunião Ordinária do GNDH, realizada no dia 28 de abril de 2023, o servidor do MPES, Fabricio Ferraz Pego, palestrou sobre o tema: Planejamento, Resultados e Aprendizados.

Em sua apresentação o servidor abordou os seguintes temas:

- Conceitos de resultado
- Conceito de sucesso
- Planejamento

13.5 OFICINA: AGENDA 2030 DA ONU - BRASÍLIA/DF

A atual gestão promoveu, no dia 25 de outubro de 2022, às 9h30, uma oficina de trabalho com as(os) Coordenadoras(es) nacionais das comissões permanentes, as(os) Vice-coordenadoras(es) e as(os) Secretárias(os) que compõem o grupo.

O encontro, na sede do Escritório Institucional do Ministério Público, em Brasília, contou com a participação da Assessora de Cooperação Descentralizada, ODS e Desenvolvimento Territorial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil), Dra. Ieva Lazareviciute, e da Gerente de projeto PNUD Brasil, Dra. Rosana Correa Tomazini.



Oficina sobre a Agenda 2030, da Onu

13.6 OFICINA: DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO - TERESINA/PI

A atual gestão promoveu no dia 10 de maio de 2023, às 8h30, na sala do CEAF na sede do MPPI, uma oficina de trabalho com as(os) Coordenadoras(es) nacionais, as(os) Vice-coordenadoras(es) e as(os) Secretárias(os) das Comissões Permanentes que compõem o grupo.

O encontro contou com a participação da advogada Dra. Fayda Belo especialista em crimes de gênero, direito antidiscriminatório e feminicídios.



Oficina sobre Direito Antidiscriminatório

14. REUNIÃO ESTRATÉGICA COM AS COORDENAÇÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES QUE INTEGRAM O GNDH

Após tomar posse como Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos, Dra. Luciana Andrade oficiou às Coordenações das Comissões que integram o GNDH, cientificando sua assunção ao cargo e agendamento de reunião para alinhamento e definição das metas de trabalho durante sua gestão.

14.1 REUNIÃO ENTRE A PRESIDÊNCIA DO GNDH E A COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO

Reunião entre a Presidência do GNDH e a Coordenação da Comissão Nacional Permanente de Educação – COPEDEC, realizada em 24 de setembro de 2021.

14.2 REUNIÕES COM AS INTEGRANTES DO MPES QUE INTEGRAM AS COMISSÕES NACIONAIS DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Reunião com membras e membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo que integram o GNDH, por meio da plataforma Microsoft Teams, no dia 27 de setembro de 2021.

14.3 REUNIÃO COM INTEGRANTES DAS COMISSÕES PERMANENTES QUE INTEGRAM DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

A reunião com todas (os) integrantes das Comissões que compõem o GNDH, por meio da plataforma Microsoft Teams, realizada no dia 28 de setembro de 2021.

14.4 REUNIÃO COM CONSELHEIRA TITULAR NO CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E AS COORDENAÇÕES NACIONAIS PERMANENTES

Reunião realizada em 09 de novembro de 2021, na modalidade virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams, entre a Secretária-Executiva do GNDH, as Coordenações das COPE's do Grupo e a Exma. Promotora de Justiça, Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira, Conselheira titular no Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH.

A reunião teve como pauta maior aproximação entre as Coordenações das COPE's do GNDH e o Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH

14.5 REUNIÃO COM A COORDENAÇÃO NACIONAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DA SAÚDE

Reunião realizada em 12 de novembro 2021, no formato virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams.

14.6 REUNIÃO A COORDENAÇÃO NACIONAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA PESSOA IDOSA

Reunião realizada em 12 novembro 2021, na modalidade virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams.

14.7 REUNIÃO COM A COORDENAÇÃO NACIONAL DA COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Reunião realizada em 13 de novembro de 2021, no formato virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams.

14.8 REUNIÃO COM A COORDENAÇÃO NACIONAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO

Reunião realizada em 13 de novembro de 2021, no formato virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams.

14.9 REUNIÃO COM A COORDENAÇÃO NACIONAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (STRICTO SENSU)

Reunião realizada em 19 de novembro de 2021, no formato virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams.

14.10 REUNIÃO COM A COORDENAÇÃO NACIONAL DA COMISSÃO PERMANENTE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Reunião realizada em 19 de novembro 2021, na modalidade virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams.

14.11 REUNIÃO ENTRE A PRESIDÊNCIA DO GNDH E MEMBRAS(OS) DO MPES INTEGRANTES DO GNDH

Reunião realizada em 16 de maio de 2022, na modalidade virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams.

14.12 REUNIÃO COM A COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

Reunião realizada no dia 07 de junho de 2022, por meio da plataforma Microsoft Teams, entre a Secretária-Executiva do GNDH e a Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – COPEVID.

15. NOTA TÉCNICA - VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

Durante a gestão da Presidência foram aprovadas 12 (doze) notas técnicas envolvendo matérias transversais às Comissões Permanentes que integram o GNDH. Dentre elas, merece destaque a Nota Técnica Conjunta nº 02/2022, proposta por meio das Comissões Permanentes da Defesa da Saúde (COPEDS), da Infância e Juventude (COPEIJ) e da Educação (COPELUC), da Pessoa com Deficiência e Idoso (COPEPDI) e da Defesa dos Direitos Humanos (stricto sensu) (COPELH), integrantes do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), acerca da vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a covid-19, em virtude das vidas perdidas durante o período pandêmico, aprovada em 26 de janeiro pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União.

16. PESQUISA DE PERCEPÇÃO PARA CONHECER AS PRIORIDADES DAS(OS) INTEGRANTES DAS COMISSÕES PERMANENTES

Com o objetivo de conhecer as prioridades e expectativas de cada membra e membro das sete comissões permanentes que integram o GNDH, a presidência do grupo realizou uma pesquisa que ficou disponível entre os meses de outubro e novembro de 2021.

GNDH lança pesquisa para conhecer as prioridades das(os) integrantes das Comissões Permanentes ligadas aos Direitos Humanos



A partir das reflexões e sugestões, a presidente do GNDH fez reuniões com as Comissões para discutir os resultados da pesquisa e estabelecer práticas e mecanismos de gestão voltados ao aprimoramento da defesa dos direitos humanos.

Grupo Nacional de
Direitos Humanos -
GNDH e as Comissões
Permanentes



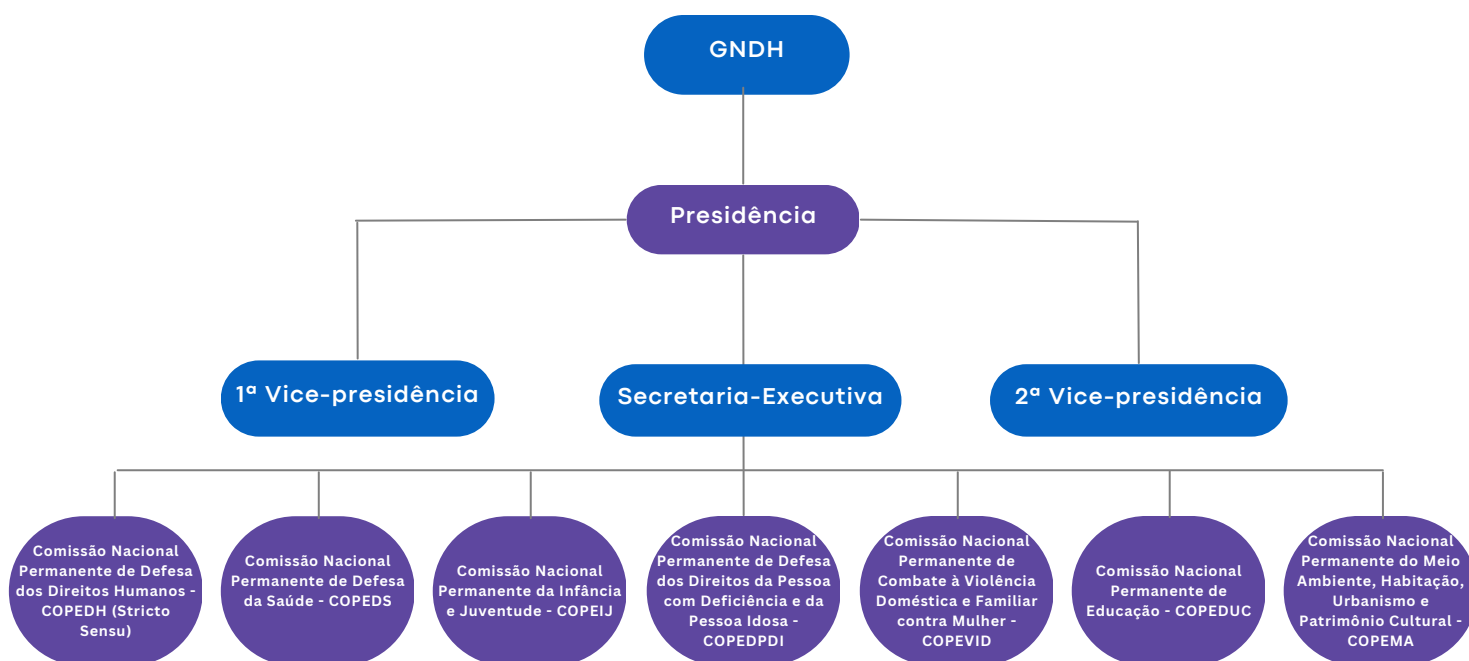
17. O GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

O Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) é órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) que tem por finalidade promover, proteger e defender os direitos fundamentais dos cidadãos.

Com atuação em âmbito nacional, o grupo tem como objetivo a efetivação dos direitos humanos a partir da interlocução com a sociedade civil, da articulação entre os MPs, da promoção de convênios e de outros meios de atuação.

Integram o GNDH sete comissões permanentes que têm por finalidade a discussão de questões práticas e teóricas e o intercâmbio de experiências.

Organograma do GNDH:



Caberá ao GNDH, por meio das Comissões Permanentes (COPEs):

I - apresentar anualmente ao CNPG metas da estratégia de atuação da política institucional e seus respectivos prazos, denominada Plano de Atuação Anual - PAA;

II - articular, nas perspectivas da universalidade, da transversalidade, da indivisibilidade e da interdependência, ações de promoção, de proteção e de defesa dos direitos humanos;

III - estimular a cooperação e a integração dos diversos ramos do Ministério Público;

IV - fomentar a cooperação entre os Ministérios Públicos e a União, os Estados, o Distrito

Federal e Territórios, os Municípios, com vista à efetivação dos direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

V - manter permanente interlocução e desenvolver parceria com a sociedade civil organizada, especialmente com as entidades não governamentais de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos;

VI - fomentar, nas esferas nacional, estadual e municipal, políticas públicas voltadas para a defesa dos direitos humanos;

VII - sugerir ao CNPG o estabelecimento de convênios entre os diversos ramos do Ministério Público, visando à atuação integrada na defesa dos direitos humanos;

VIII - sugerir ao CNPG a celebração de convênios, termos de cooperação técnica, protocolos de intenções com órgãos públicos e com entidades não governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na promoção, na proteção e na defesa dos direitos humanos;

IX - promover junto às Corregedorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União encontros permanentes, com a finalidade de estabelecer métodos de orientação e de exigência referentes ao cumprimento das metas preestabelecidas pelo GNDH no PAA, devidamente aprovado pelo CNPG.

18. DAS COMISSÕES PERMANENTES

18.1 COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS – COPEDH (STRICTO SENSU)

A Comissão Permanente de Defesa de Direitos Humanos (stricto sensu) tem por finalidade o acompanhamento e a fiscalização das políticas públicas de proteção dos direitos humanos e da cidadania, bem como articular estratégias com as autoridades competentes com a finalidade de propor mecanismos de enfrentamento das violações dos direitos fundamentais da pessoa humana.



COPEDH, em reunião de trabalho realizada na II Reunião Ordinária de 2022 do GNDH, em Vitória-ES

Referida comissão tem a seguinte composição:

Coordenadora	Vice-Coodenadora	Secretária
Kátia Rejane de Araújo Rodrigues Procuradora de Justiça do Ministério Público do Acre	Isabelle Rocha Valença Figueiredo Promotora de Justiça do Ministério Público do Tocantins	Cristiane Corrêa de Souza Hillal Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo

Plano de Atuação da COPEDH

O plano de atuação da COPEDH conta com seis ações prioritárias

Ações:

1) Sugerir a criação pelos Ministérios Públicos, de grupo de trabalho com objetivo de garantir o direito humano à alimentação, com atuação, dentre outras, nos conflitos sociojurídicos urbanos e rurais, e de fomentar a agricultura familiar, bem como acesso à moradia, à terra, ao trabalho e aos equipamentos públicos relacionados ao consumo de alimentos, água e higiene, com a qualificação da rede de segurança alimentar e nutricional;

2) Propor a capacitação de membros e servidores para o desenvolvimento das respectivas ações, notadamente na seara dos direitos agrário, urbano e afins, inclusive nos cursos iniciais de aperfeiçoamento e de formação continuada;

1) Sugerir a criação de órgãos de execução e/ou de assessoramento, especializados em conflitos sociojurídicos urbanos e rurais, em cumprimento ao disposto no art. 178, III, do CPC, que estabelece a legitimação interventiva do Ministério Público em tais demandas coletivas;

2) Sugerir a criação de um grupo de trabalho reflexivo e propositivo, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, para estudar o tema da segurança alimentar na perspectiva do trabalho formal e informal, urbano e rural.

Metas:

1) Aprimorar os Ministérios Públicos para enfrentar a problemática da segurança alimentar e nutricional e dos conflitos agrários correlatos, incluindo a perspectiva do trabalhador formal e informal, urbano e rural. A efetividade da política de segurança alimentar e nutricional que humaniza a reintegração de posse, diminui a fome, promove inclusão social, contribui com a preservação ambiental e garante dignidade ao trabalhador.;

2) Aprimorar o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, em consonância com o Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgado pelo Decreto no 6.085, de 19 de abril de 2007;

3) Enfrentamento ao racismo em todas as suas expressões, estrutural, institucional, religioso, recreativo, epistêmico, intersubjetivo e outros.

18.2 COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE DEFESA DA SAÚDE – COPEDS

Dentre as principais realizações da COPEDS está a atualização do Plano Nacional de Atuação do Ministério Público na área da saúde pública, a fim de englobar novos pontos essenciais de atuação ministerial, em especial para as demandas decorrentes da pandemia da Covid-19.

COPEDS, em reunião de trabalho realizada na II Reunião Ordinária de 2022 do GNDH, em Vitória-ES



Referida comissão tem a seguinte composição:

Coordenadora	Vice-Coordenadora	Secretária
Isabel Maria Salustiano Arruda Pôrto Procuradora de Justiça do Estado do Ceará	Lisiane Cristina Braecher Promotora de Justiça do Ministério Público Federal	Inês Thomé Poldi Taddei – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Plano de Atuação da COPEDS:

O plano de atuação da COPEDS conta com seis ações prioritárias:

Ações:

- 1) Revisão do Plano Nacional de Atuação Ministerial em Saúde Pública;
- 2) Revisão dos Enunciados da COPEDS;
- 3) Realizar levantamento e compilação das ações desenvolvidas pelo Ministério Público

brasileiro durante a pandemia da Covid-19 no Brasil;

4) Atuação quanto à baixa cobertura vacinal infantil;

5) Atuação relativa ao quantitativo de demandas reprimidas de cirurgias eletivas na rede pública de saúde;

6) Atuação quanto à implementação/ampliação da Rede de Atenção à Saúde Mental.

Metas:

1) Promover nova atualização do Plano Nacional de Atuação em Saúde Pública, elaborado em 2005 e atualizado em 2017, a fim de englobar novos pontos essenciais de atuação do Ministério Público em defesa da saúde pública, com especial destaque para as demandas decorrentes da pandemia da Covid-19;

2) Promover a atualização dos enunciados da COPEDS/GNDH/CNPG, a fim de englobar novos pontos essenciais de atuação do Ministério Público em defesa da saúde pública, com especial destaque para as demandas decorrentes da pandemia da Covid-19;

3) Compilar as atividades (sociomediadora e judicial) desempenhadas pelo Ministério Público brasileiro durante todo período da pandemia da Covid-19 no Brasil;

4) Estabelecer e concretizar estratégias de atuação do Ministério Público brasileiro visando fomentar políticas públicas relativas à problemática da baixa cobertura vacinal infantil, especialmente agravada durante o período da pandemia da Covid-19;

5) Estabelecer estratégias de atuação do Ministério Público brasileiro visando fomentar políticas públicas relativas às cirurgias eletivas reprimidas, especialmente agravada durante o período da pandemia da Covid-19;

6) Estabelecer estratégias de atuação do Ministério Público brasileiro, visando assegurar o adequado funcionamento da rede de atuação à saúde mental.

18.3 COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – COPEIJ

Dentre as principais realizações da COPEIDS está a atualização do Plano Nacional de Atuação do Ministério Público na área da saúde pública, a fim de englobar novos pontos essenciais de atuação ministerial, em especial para as demandas decorrentes da pandemia da Covid-19.

COPEIJ, em reunião de trabalho realizada na II Reunião Ordinária de 2022 do GNDH, em Vitória-ES



Referida comissão tem a seguinte composição:

Coordenadora	Vice-Cordenadora	Secretário
Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais	Renata Lúcia Mota Lima de Oliveira Rivitti Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo	Gleudson Malheiros Guimarães Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão

Plano de Atuação da COPEIJ:

A presente Comissão Permanente aprovou o planejamento estratégico da Comissão que conta com as seguintes ações:

Ações:

- 1) Combate à invisibilidade da violência contra crianças e adolescentes e dificuldade de implementação da Lei nº 13.431/2017;
- 2) Fomento à implementação do serviço de acolhimento em família acolhedora e guarda subsidiada e financiamento à regionalização da proteção social especial do SUAS.

Metas:

- 1) Articulação com o CNJ e o CNMP para implementação do depoimento especial; fomentar a implementação da escuta especializada e dos centros integrados de atendimento, nos locais onde for cabível; articulação junto ao CNJ e CNMP para formação de juizes e promotores e demais agentes que atuam na execução do depoimento especial e articular o fortalecimento de campanhas e de sensibilização para dar visibilidade à violência contra crianças e adolescentes.
- 2) Formação dos atores do sistema de justiça acerca do acolhimento familiar e guarda subsidiada; articulação com CIT/CNAS, visando à ampliação do acolhimento familiar e articulação com o CNJ e CNMP, visando o fomento à ampliação do acolhimento familiar.

18.4 COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA PESSOA IDOSA – COPEDPDI

A Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa – COPEDPDI, tem por objetivo zelar pelos direitos da pessoa com deficiência e da pessoa idosa.



COPEDPDI, em reunião de trabalho realizada na II Reunião Ordinária de 2022 do GNDH, em Vitória-ES

Referida comissão tem a seguinte composição:

Coordenadora	Vice-Coodenador	Secretário
Cristiane Branquinho Lucas Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Hugo Frota Magalhaes Porto Neto Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará	Vitor Moreira da Fonseca Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas

Plano de Atuação da COPEDPDI:

A COPEDPDI, definiu seu plano de atuação anual que consiste:

Ação:

1) Implementação da política de assistência social para pessoa idosa e para pessoa com deficiência

Meta:

1) Implantação de serviços socioassistenciais previstos na Resolução do conselho nacional de assistência social nº 109 para melhora da qualidade de vida das pessoas idosas, pessoas com deficiências e seus cuidadores. Apresentação de material que promovam a atuação ministerial para fomentar a política, em especial a criação de centros dias.

18.5 COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER – COPEVID

A Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – COPEVID é a comissão que vem fortalecendo a implementação da Lei Maria da Penha, participando de elaboração de leis que garantem a proteção à mulher como o crime de Stalking, descumprimento de Medidas Protetivas, implementação do Formulário Nacional de Risco.



COPEVID, em reunião de trabalho realizada na II Reunião Ordinária de 2022 do GNDH, em Vitória-ES

A COPEVID conta com a seguinte composição:

Coordenadora	Vice-Coodenadora	Secretária
Rúbian Corrêa Coutinho Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás	Carla Araujo Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Lucy Antoneli Domingos Araujo Gabriel da Rocha Promotora de Justiça do Ministério Público do Ceará

Plano de Atuação da COPEVID:

A COPEVID, definiu em seu plano de atuação anual:

Ações:

1)Aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público e Polícias Civil e Militar no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulher, incluindo a empregada doméstica, com enfoque na fiscalização da efetividade das medidas protetivas;

2)Acompanhar e articular para que seja incluído o conteúdo sobre a prevenção da violência contra mulher nos currículos da educação básica e a realização da Semana Escolar de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, conforme estabelecido na Lei 14.164/2021, bem como implementar medidas educativas nas escolas do bairro com maior índice de violência doméstica;

3)Fomentar e acompanhar a implementação do Formulário Nacional de Risco, conforme estabelecido na Lei 14.149/2021.

Metas:

1)Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, incluindo a empregada doméstica, com a fiscalização da efetividade das medidas protetivas;

2)Atender ao estabelecido na Lei 14.164/2021, implementação de medidas educativas nas escolas dos bairros com maior índice de violência doméstica;

3)Atender ao estabelecido na Lei 14.149/2021, de acordo com § 1º do artigo 2º da Lei 14.149/2021, os objetivos são identificar os fatores que indicam o risco de a mulher vir a sofrer qualquer forma de violência no âmbito das relações domésticas, para subsidiar a atuação dos órgãos e das entidades da rede de proteção na gestão do risco identificado, devendo ser preservado, em qualquer hipótese, o sigilo das informações.

18.6 COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO - COPEDUC

A Comissão Nacional Permanente de Educação tem como escopo contribuir para a concretização do direito fundamental à educação de qualidade, haja vista o dever constitucional do Ministério Público em zelar pelos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo a educação o primeiro direito social arrolado na Constituição Federal de 1988.

COPEDUC, em reunião de trabalho realizada na II Reunião Ordinária de 2022 do GNDH, em Vitória-ES



A COPEUC conta com a seguinte composição:

Coordenadora	Vice-Cordenadora	Secretário
Beatriz Spindler de Oliveira Leite Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Paraná	Luciana Cano Casarotto Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul	Lucas Sachsida Junqueira Carneiro Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas

Plano de Atuação da COPEDUC:

A COPEDUC, definiu em seu plano de atuação anual:

Ações:

- 1) Busca Ativa e recuperação de aprendizagens;
- 2) Sistema Nacional de Educação;
- 3) Financiamento na Educação/FUNDEB;
- 4) Novo PNE e suas discussões;

5) Descumprimento sistemático do PNE.

Metas:

1) Fomentar estratégias nacionais e regionais com eventos e subgrupos para discussão do tema e sensibilização quanto a sua importância. Identificar consequências/correlações do abandono escolar com aumento do trabalho infantil, do envolvimento em atos infracionais, etc;

2) Fomento de reuniões de comissões com colega e movimentos sociais para troca de experiências, acompanhando as discussões no Congresso Nacional, inclusive com possibilidade de interferência nas discussões com apresentação de sugestões de melhorias no projeto;

3) Proposta de articulação para cooperação técnica com os TCU, TCEs, Atricon, comunidade científica para capacitação de membros e análise de dados, visando a maior efetividade no controle qualitativo dos investimentos e despesas públicas. Realização do evento nacional previsto para agosto, em Florianópolis, para troca de experiências entre órgãos de controle ((MPs e TCEs) na área da Educação;

4) Formar subgrupo para acompanhamento atento das discussões previstas no Congresso Nacional, inclusive com propostas de melhorias no projeto em andamento, especialmente em tema como a gestão democrática, educação antirracista, questões de diversidade de gênero, resolução de conflitos, direitos das crianças e adolescentes, violência doméstica ou qualquer outra expressão de violências, se possível;

5) Adotar providências para o aperfeiçoamento do monitoramento de metas e estratégias do PNE, com parcerias entre os órgãos de controle, e análise das eventuais medidas possíveis para sua concretização.

18.7 COMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO, URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL – COPEMA

A COPEMA atua de forma estratégica na tutela do meio ambiente em todo o país nos diferentes temas que engloba a matéria.

Atuação regionalizada por bacias hidrográficas, por ecossistemas ou por outra área de referência, e a atuação extrajudicial ambiental foram temas abordados pela COPEMA durante a gestão.

COPEMA, em reunião de trabalho realizada na II Reunião Ordinária de 2022 do GNDH, em Vitória-ES



A COPEMA conta com a seguinte composição:

Coordenador	Secretária
Roberto Carlos Batista Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal	Andréia Cristina Peres da Silva Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Plano de Atuação da COPEMA:

O plano de atuação da COPEMA estabeleceu três ações prioritárias:

Ações:

- 1) Fomento à atuação regionalizada do Ministério Público ambiental;**
- 2) Definiu o fomento à uniformização das estruturas dos órgãos de execução (promotorias especializadas e regionalizadas), grupos, câmaras e coordenação, núcleos e centro de apoio com atuação na temática ambiental em todos os ramos e unidades do MP brasileiro;**
- 3) Estabelece a capacitação aos membros do Ministério Público brasileiro, em especial, os integrantes da COPEMA, por meio de seminário e recursos periódicos.**

Reuniões Ordinárias do GNDH 2021/2023



19. REUNIÕES ORDINÁRIA DO GNDH

Devido à pandemia da COVID19, fez-se necessária a adaptação de rotinas de trabalho diante dessa nova realidade. Sendo assim, a Presidente do GNDH elaborou proposta de modernização do Regimento Interno, visando à alteração do formato das reuniões devido às restrições impostas pela pandemia.

O texto final foi submetido aos integrantes do grupo que participaram dessa construção, sendo a nova redação do regimento interno aprovada, sem ressalvas. Segundo a nova redação do regimento interno do GNDH, em seu capítulo VI, art. 12, §13º:

Serão realizadas preferencialmente 4(quatro) reuniões ordinárias por ano, sendo 02 (duas) delas preparatórias, no formato virtual, e 02 (duas) híbridas (presencial/remoto), observando o sistema de rodízio entre os estados.

Com efeito, as Comissões Permanentes, a Secretária-Executiva e a Presidência realizaram reuniões de trabalho, o que resultou na expressiva e profícua produção técnica e institucional.

PRODUÇÃO	COPEDH	COPEDS	COPEIJ	COPEPDI	COPEVID	COPEPUC	COPEMA	PRESIDÊNCIA	TOTAL
Enunciados	8	6	7	5	6	8	16	-	56
Moções	2	1	1	1	2	1	1	-	9
Ofícios e Comunicações	-	-	-	-	-	-	-	513	513
Palestrantes/ Convidados	2	5	7	2	2	11	11	12	52
Termos de Cooperação	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Notas Técnicas	-	1	6	-	-	4	-	-	12

19.1 I REUNIÃO ORDINÁRIA PREPARATÓRIA VIRTUAL - 2022RDINÁRIA DO GNDH

A atual gestão promoveu, no dia 20 de abril de 2022, a I Reunião Ordinária do GNDH, realizada de forma virtual.

Durante o encontro, com mais de 150 participantes, ocorreu a apresentação do material desenvolvido após mapeamento das rotinas do GNDH, como os fluxogramas, o planejamento estratégico, o plano de ação do colegiado e o detalhamento do modelo da revista eletrônica do grupo, a ser lançada em breve, além de reuniões simultâneas e conjunta entre as sete Comissões Permanentes (COPES) que integram o colegiado.



Primeira reunião ordinária da gestão foi realizada de forma virtual, com mais de 150 participantes

19.2 II REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2022 - VITÓRIA/ES

Com o objetivo de aprimorar a atuação do Ministério Público brasileiro na defesa dos direitos fundamentais da coletividade, a atual gestão realizou nos dias 29 e 30 de junho deste ano a Reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPJG); a II Reunião Ordinária de 2022 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH); e a I Reunião do Grupo Nacional de Defesa do Consumidor (GNDC). Foram dois dias de muito diálogo e apresentações técnicas com a participação de Procuradores-Gerais de Justiça, Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e aproximadamente 200 membros e membras do Ministério Público brasileiro de todo o país. Ao final do encontro, foram aprovadas propostas e projetos, fortalecendo a atuação ministerial na defesa dos direitos fundamentais.



Cerca de 200 membros e membras do Ministério Público brasileiro de todo o país se reuniram em Vitória (ES) para a II Reunião Ordinária de 2022 do GNDH



Abertura do evento contou com apresentações culturais com artistas locais do Espírito Santo para receber os participantes

As sete Comissões Permanentes que integram o GNDH (Idoso e Pessoas com Deficiência, Violência Doméstica, Meio Ambiente, Infância e Juventude, Direitos Humanos (stricto sensu), Saúde e Educação), assim como o GNDC (Consumidor), por meio de estratégias, metas e prioridades de atuação dos membros ministeriais, discutiram temas relevantes para a sociedade, referentes às respectivas atribuições. O trabalho foi finalizado com a apresentação e aprovação de propostas, notas técnicas e diretrizes para o fortalecimento da atuação do Ministério Público brasileiro. Na tarde do dia 30 de junho de 2022, foi realizada a Reunião Plenária com as coordenações das Comissões Permanentes do GNDH, para a apresentação das deliberações.

Na solenidade de encerramento dos trabalhos, o membro auxiliar da presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Marcelo Weitzel, salientou a importância do projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional que cria o Estatuto em Defesa da Vítima. Pediu apoio de toda instituição à matéria, por entender que o projeto vai promover uma nova forma de atuação do Ministério Público.

Compuseram a mesa de honra da Reunião Plenária a Presidente do GNDH, Luciana Andrade; o Procurador-Geral de Justiça Militar e Vice-Presidente do GNDH, Antônio Pereira Duarte; o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) e Presidente do Grupo Nacional de Defesa do Consumidor (GNDC), Cleandro Moura; o membro auxiliar da presidência do CNMP, Marcelo Weitzel, e o Coordenador-Geral do órgão, Silvio Roberto de Oliveira Amorim Júnior; o Presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público (AESMP), Promotor de Justiça Pedro Ivo de Sousa; e a Secretária-Executiva do GNDH, Promotora de Justiça do MPES Cláudia R. Santos Garcia.



Plenária de encerramento da II Reunião Ordinária de 2022 do GNDH

Também integraram a mesa solene os coordenadores nacionais da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS), Isabel Maria Salustiano Arruda Porto (MPCE); da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos (stricto sensu) (COPEDH), Kátia Rejane de Araújo Rodrigues; da Comissão Permanente da Infância e Juventude (COPEIJ), João Luiz de Carvalho Botega; da Comissão Permanente de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso (COPEDPDI), Cristiane Branquinho Lucas; da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (COPEVID), Rúbian Corrêa Coutinho; da Comissão Permanente de Educação (COPEUC), Lucas Sachsida Junqueira Carneiro; e da Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural (COPEMA), Roberto Carlos Batista.

O encontro contou com a participação dos membros e membras do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) que integram as Comissões Permanentes do GNDH e o GNDC: as Procuradoras de Justiça Catarina Cecin Gazele (COPEDH), Karla Dias Sandoval Mattos Silva (COPEDH) e Maria Cristina Rocha Pimentel (COPEUDC); as Promotoras de Justiça Inês Thomé Poldi Taddei (COPEDS), Elaine Costa de Lima (COPEDPDI), Cristiane Esteves Soares (COPEVID), Valéria Barros Duarte de Moraes (COPEIJ), Vanessa Morelo Amaral (GNDC) e Sandra Lengruber da Silva (GNDC); e o Promotor de Justiça Marcelo Lemos Vieira (COPEMA).

Integrante da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do CNMP, a Promotora de Justiça do MPES Andrea Teixeira de Souza apresentou na COPEDH, na COPEVID e na COPEDPDI as atividades realizadas pelo Conselho, buscando maior integração e aproximação.



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos Humanos – COPEDH

Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa da Saúde – COPEDS



Reunião da Comissão Nacional Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa – COPEDPDI



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – COPEVID.



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Educação – COPELUC



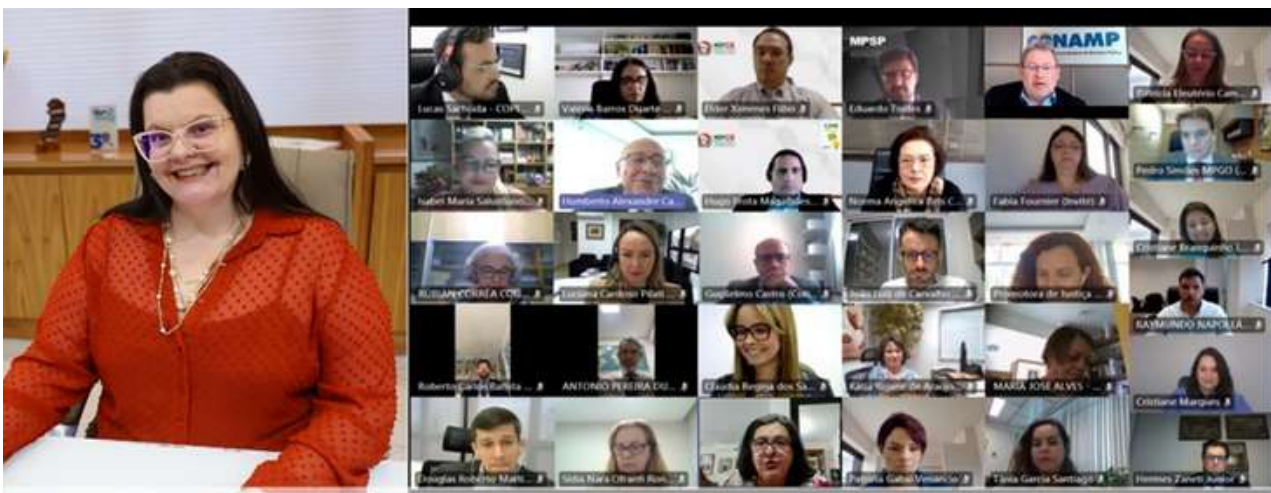
Reunião Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural – COPEMA



19.3 III REUNIÃO ORDINÁRIA PREPARATÓRIA VIRTUAL DE 2022

A atual gestão promoveu, no dia 12 de setembro de 2022, a III Reunião Ordinária do GNDH, realizada de forma virtual. Durante o encontro, com mais de 200 participantes, foi lançada a Revista de Direitos Humanos do Ministério Público e feita a apresentação da palestra “Indicadores de desempenho e qualidade dos processos”, além de reuniões simultâneas e conjunta entre as sete Comissões Permanentes (Copes) que integram o colegiado.

Ao abrir a reunião do GNDH, a Presidente comemorou o bicentenário da Independência do Brasil, que deu início ao solo republicano e ao estado democrático de direito, permitindo assim, a construção e estruturação do Ministério Público. “É justamente essa independência, declarada há duzentos anos, que permite que, em breve, estaremos elegendo os nossos próximos representantes. É a democracia, portanto, por meio das eleições, a maior festa do nosso estado democrático de direito”.



III Reunião Ordinária preparatória virtual de 2022 do GNDH

Participaram também da solenidade de abertura, o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público Militar e 1º Vice-Presidente do GNDH, Antônio Duarte Pereira; a Procuradora-Geral de Justiça da Bahia e Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ), Norma Angélica Cavalcanti; o Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares; o Subprocurador-Geral de Justiça Institucional, Alexandre José Guimarães; o Ouvidor do MPES, Procurador de Justiça Humberto Alexandre Campos Ramos; a Ouvidora das mulheres do MPES, Procuradora de Justiça Sidia Nara Ofranti Ronchi; a Presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreiras Jurídicas do Espírito Santo (ABMCJ-ES) e Coordenadora do Núcleo de Proteção dos Direitos

Humanos (NPDH) do MPES, Procuradora de Justiça Catarina Cecin Gazele; a coordenadora do Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência (NAVV), Procuradora de Justiça Márcia Jacobsen; e os Procuradores de Justiça do MPES Maria Cristina Rocha Pimentel e Marcello Souza Queiroz. A Promotora de Justiça do MPES e Secretária-Executiva do GNDH, Cláudia Garcia, conduzi os trabalhos.

A reunião contou com a palestra “Indicadores de desempenho e qualidade dos processos” ministrada pelo servidor do MPES Fabrício Ferraz Pelo. O servidor mostrou a importância dos indicadores para o desenvolvimento eficiente do Ministério Público, além de métodos e entendimentos de como trabalhar com essas ferramentas de forma simples e prática.

A Revista Eletrônica de Direitos Humanos do Ministério Público é um trabalho desenvolvido pelo colegiado que visa promover, proteger e defender os direitos fundamentais da sociedade. Na primeira edição, a revista conta com os resultados da II Reunião Ordinária do GNDH, realizada em Vitória, no Espírito Santo, nos dias 29 e 30 de junho, além de artigos que envolvem temas como: violência de gênero, importância do movimento em prol dos direitos das vítimas, saúde, educação, meio ambiente, infância e juventude. Para conferir, é só acessar o link <https://medium.com/revista-gndh>.

A programação seguiu com reuniões simultâneas para deliberações das sete Comissões Permanentes do GNDH:



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos Humanos – COPEDH

Reunião da Comissão Nacional
Permanente de Defesa da Saúde –
COPEDS



Reunião da Comissão Nacional
Permanente da Infância e Juventude –
COPEIJ



Reunião da Comissão Nacional
Permanente de Defesa dos Direitos da
Pessoa com Deficiência e da Pessoa
Idosa – COPEPDI





Reunião da Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – COPEVID



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Educação – COPEDUC



Reunião da Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural - COPEMA

19.4 IV REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2022 – BRASÍLIA/DF

Com o objetivo de dialogar a respeito das perspectivas e desafios para a atuação do Ministério Público brasileiro, a atual gestão, em parceria com o Ministério Público Militar (MPM), promoveu no dia 27 de outubro de 2022 a IV Reunião Ordinária do GNDH, em Brasília. O evento, com o tema “Agenda 2030: perspectivas e desafios para o Ministério Público brasileiro”, reuniu cerca de 180 procuradores(as) e promotores(as) de Justiça dos Estados e da União, que buscam aprimorar a atuação ministerial na defesa dos direitos fundamentais de toda a coletividade.



A IV Reunião Ordinária do GNDH, em Brasília reuniu cerca de 180 participantes de todo o Brasil

Na solenidade de abertura, na noite do dia 25 de outubro de 2022, a Presidente do GNDH e procuradora-geral de Justiça do MPES, Luciana Andrade, agradeceu a presença de todas e todos e destacou a importância da atuação conjunta do Ministério Público em benefício da sociedade.

“Se queremos um mundo melhor, mais justo e humano, sobretudo com mudanças efetivas para a sociedade, precisamos nos unir e trabalhar arduamente. Atuando, juntas e juntos, de forma concertada, estratégica, atentos à colegialidade em unidade, cumpriremos com a nossa missão constitucional de defender a nova ordem político-jurídica estabelecida em 1988, de ser agente de transformação social, de exercer o papel de fomentador da cidadania e de indutor e fiscalizador de políticas públicas. O Ministério Público tem, sobretudo, papel fundamental na implementação dos objetivos e das metas da Agenda 2030 pelo Brasil, cabendo a nós atuar para que as recomendações da ONU sejam cumpridas”.

Apresentações culturais na abertura da IV Reunião Ordinária do GNDH



O Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares, destacou a relevância do encontro para o progresso da sociedade brasileira. “O evento traz uma inspiração e um entusiasmo para todas as entidades de classe e para a instituição do Ministério Público através do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE). Mas, o mais importante, vale lembrar, é que estamos vivos e prontos para contribuir com o desenvolvimento desse país e com pautas tão importantes para o nosso dia a dia”.

O Vice-Presidente do GNDH e Procurador-Geral de Justiça Militar, Antônio Pereira Duarte, manifestou alegria pela realização do evento no âmbito do MPM, em Brasília. “A nossa instituição se rejubila de poder receber colegas que tem atuação tão pujante, de norte a sul e de leste a oeste do país. Esta casa centenária se sente engrandecida pela presença de tão expressivos atores. Estamos partilhando este momento extraordinário de afirmação do Ministério Público brasileiro através da sua vigorosa atuação em área tão sensível. Cada vez mais se mostra fundamental, essencial e absolutamente incontornável a promoção e tutela desses direitos e interesses indisponíveis”.

A Presidente do CNPG e Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), Norma Cavalcanti, deu as boas-vindas a todos, desejando um encontro profícuo em prol da coletividade. “Hoje é o dia em que se comemora a democracia. Para nós, a principal atribuição que a Constituição Cidadã nos entregou é de defensores do regime democrático. Devemos estar todos unidos na nossa unidade, que é muito maior que a nossa independência. Falar de direitos humanos é falar de vida, de democracia, é falar de trabalho dos membros do Ministério Público. É saber ouvir e saber o clamor que vem das ruas e respeitar o voto é lutar por dias melhores para nossa nação. Espero que a democracia permaneça e consagre o Brasil como uma das grandes nações do mundo”, afirmou.

Representando o corregedor Nacional do Ministério Público, Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, o conselheiro Nacional do Ministério Público Otavio Luiz Rodrigues Jr. ressaltou o objetivo do evento. “Nós estamos aqui para buscar um equilíbrio de assimetrias e superar vulnerabilidades por meio da intervenção de diversos agentes do sistema de Justiça, mas particularmente do Ministério Público, em ordem à realização concreta do artigo quinto da Constituição Federal”.

Desenvolvimento Sustentável

Na sequência, a cerimônia contou com a “Mesa de Diálogo Agenda 2030: perspectivas e desafios para o Ministério Público brasileiro”, que foi aberta pela Assessora de Cooperação Descentralizada, ODS e Desenvolvimento Territorial do PNUD Brasil das Nações Unidas - ONU, Ieva Lazareviciute.



Assessora de Cooperação
Descentralizada, ODS e Desenvolvimento
Territorial do PNUD Brasil das Nações
Unidas (ONU), Ieva Lazareviciute

Ela destacou que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma coleção de 17 metas globais, estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, abrangendo questões de desenvolvimento social e econômico, incluindo erradicação da pobreza, fome zero, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social. Compuseram a Mesa de Diálogo dos conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Presidente da CONAMP, Manoel Murrieta.

Presidente da Comissão de Meio Ambiente do CNMP,
Rinaldo Reis Lima



Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos
Fundamentais do CNMP, Otávio Luiz Rodrigues Júnior

Presidente da Comissão da Saúde do CNMP,
Jayme Martins de Oliveira Neto



Corregedor Nacional do Ministério Público,
Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto



Presidente da CONAMP, Manoel Murrieta



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos Humanos – COPEDH



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa da Saúde – COPEDS



Reunião da Comissão Nacional Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa – COPEPDI



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – COPEVID



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Educação – COPEPDI



Reunião da Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural – COPEMA

19.5 I REUNIÃO ORDINÁRIA PREPARATÓRIA VIRTUAL DE 2023

A presidência do GNDH, realizou no dia 28 de abril de 2023, a I Reunião Ordinária Preparatória virtual do Grupo Nacional de Direitos Humanos. O encontro contou com mais de 100 participantes.

Ao abrir o evento, a presidente do GNDH, destacou o desafio de liderar um grupo tão grande e com diferentes temáticas nos últimos dois anos, em um período ainda de pandemia da Covid-19 e de inúmeras adversidades. Reconheceu o trabalho “fantástico” desempenhado pelas membras e membros do GNDH e a coragem de todas(os) de enfrentar temas sensíveis, como a vacinação infantil, posicionando-se de forma firme, técnica e robusta. Reforçou o papel do Ministério Público como guardião da sociedade, protegendo os mais vulneráveis. Também lembrou conquistas, como a atualização do Regimento Interno do GNDH, a elaboração do Planejamento Estratégico, o lançamento da revista eletrônica do grupo, bem como inúmeros enunciados, notas e pareceres técnicos elaborados no período.



I Reunião Ordinária Preparatória virtual de 2023 do GNDH

Pela manhã, a reunião contou com a oficina “Planejamento: resultados e aprendizados”, ministrada pelo servidor do MPES Fabrício Ferraz Pego. O servidor abordou a importância dos indicadores para a atuação cada vez mais eficiente do Ministério Público, além de métodos e entendimentos de como trabalhar com essas ferramentas de forma simples e prática.

A programação seguiu à tarde com as reuniões simultâneas para deliberações das sete Comissões Permanentes do GNDH:



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos Humanos – COPEDH



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa da Saúde – COPEDS



Reunião da Comissão Nacional Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ

Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa – COPEPDI



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – COPEVID

Reunião da Comissão Nacional Permanente de Educação – COPEPDI



Reunião da Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural – COPEMA

19.6 II REUNIÃO ORDINÁRIA DO GNDH: JUNT@S – CONSTRUINDO O FUTURO E TRANSFORMANDO REALIDADES – TERESINA/PI - 2023

Nos dias 10, 11 e 12 de maio de 2023, a presidência do GNDH, realizou a II Reunião Ordinária do grupo, reunião de cunho muito especial, uma vez que foi a última da atual gestão à frente do grupo.

A presidente do GNDH, procuradora-geral de Justiça do MPES Luciana Andrade, fez um breve balanço com as principais realizações do grupo desde que assumiu o cargo, em agosto de 2021, apresentando a “Revista de Direitos Humanos do Ministério Público”. Agradecendo e enaltecendo o trabalho de cada integrante das comissões do GNDH, Luciana Andrade avaliou que foram dois anos de intenso trabalho e a sensação é de dever cumprido.



Abertura da II Reunião Ordinária de 2023 do GNDH, no Teatro Sesc Cajuína (Teresina PI)

O coral Vozes do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) e a Orquestra Sinfônica de Teresina participaram da abertura do evento, que contou ainda com a palestra magna: “A efetividade dos direitos humanos na construção de um futuro sustentável”, apresentada pela secretária-executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Rita Cristina de Oliveira.



Apresentações culturais na abertura da II Reunião Ordinária de 2023 do GNDH, no Teatro Sesc Cajuína (Teresina PI)

Após dias profícuos de trabalho, no dia 12 de maio de 2023, marcou o encerramento da gestão da Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Dra. Luciana Andrade, à frente do GNDH, na ocasião, Dra. Luciana Andrade, destacou os encontros virtuais e híbridos que foram realizados a partir da implementação de uma agenda de reuniões, prevista na versão revisada do regimento interno do GNDH, elaborada e entregue durante seu mandato. Pontuou, ainda, as atividades de planejamento estratégico, revisão e criação de fluxos, capacitação dos integrantes e outras, que ajudaram a aperfeiçoar a estrutura dos trabalhos do Grupo Nacional de Direitos Humanos e proporcionaram mais resolutividade e efetividade nas atividades.

Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos Humanos – COPEDH



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa da Saúde – COPEDS

Reunião da Comissão Nacional Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa – COPEDPDI

Reunião da Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – COPEVID



Reunião da Comissão Nacional Permanente de Educação – COPEUDC



Reunião da Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural – COPEMA "José Maria da Silva Junior"

Durante a plenária, a Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS) colocou em pauta uma proposta de moção de aplausos para a então presidente e para a então secretária-executiva do GNDH, promotora de Justiça Cláudia R. Santos Garcia, pela atuação à frente do grupo. O texto foi apresentado pela coordenadora da comissão, Isabel Porto (MPCE), que, emocionada, transmitiu o agradecimento de todos os colegas de comissão à gestão que deixava o GNDH. A moção de aplauso recebeu adesão das outras seis comissões, por proposta de participantes da plenária e acatada por unanimidade.

A homenagem foi aprovada por aclamação, momento em que outros participantes do encontro também destacaram a atuação da presidente do Grupo, salientando as diversas realizações, conquistas e avanços no período em que Luciana Andrade e Cláudia Garcia estiveram na presidência e na secretaria-executiva.

Pela manhã, ambas foram homenageadas também pela Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar (COPEVID). O agradecimento pelo empenho dedicado ao GNDH foi estendido à equipe de membras(os) e servidoras(es) do MP capixaba, que se dedicaram às atividades do grupo durante o período.



Plenária e encerramento da II Reunião Ordinária de 2023 do GNDH)



GRUPO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS

